



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 463 - DE 29 DE SETEMBRO A 13 DE OUTUBRO DE 2013 - R\$ 3,00

Campanhas Salariais: Greves são mantidas isoladas e são desviadas pela burocracia



Quênia:

**Retrato da barbárie capitalista
e uma brutal consequência da
opressão nacional africana**

Egito:

**Irmandade Muçulmana banida
pelos militares golpistas.
Abaixo a ditadura militar!
Pela total e irrestrita
liberdade política!**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – Obama não deu a mínima a Dilma

Somente a classe operária tem interesse e pode enfrentar o imperialismo

Como era esperado, a presidente Dilma Rousseff centrou seu discurso na abertura da 68ª Assembleia da ONU sobre a espionagem dos Estados Unidos sobre o Brasil. Exigiu que o governo norte-americano desse explicações, que se desculpassem e que promettesse não repetir a invasão da privacidade do governo e dos brasileiros. Não faltou a denúncia de violação de soberania do País e o pedido para que a ONU se encarregue de estabelecer uma regulamentação do uso cibernético.

A imprensa qualificou o discurso de Dilma Rousseff como contundente. Mas, na verdade, não passou de um miado de um gatinho perdido. Ninguém deu muita importância. O conteúdo do discurso já era amplamente conhecido.

O que mais se destacou, porém, foi o desdém de Barack Obama. Entrou no plenário da Assembleia depois de Dilma Rousseff ter proferido seu discurso e estar sentadinha à espera do que Obama tinha a dizer. Nenhum membro do núcleo governamental dos Estados Unidos estava presente, bastou tão-somente a figura da embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Samantha Power.

O desprezo de Obama às queixas de Dilma é típico do imperialismo, que não tem de prestar contas de seus atos a nenhum governo semicolonial e subalterno. Em seu discurso, o presidente dos Estados Unidos diplomaticamente se referiu à legítima preocupação de seus aliados com a espionagem e informou que alguma coisa está sendo feita para disciplinar a ação de seus órgãos de segurança na seara dos países amigos. Ai, morre o assunto.

O mal estar do governo petista com as revelações de Edward Snowden logo passará, como uma dor de cabeça típica de ressaca. Dilma não poderia fazer mais do que cancelar a Visita de Estado (de comum acordo com Obama) e discursar na ONU.

Internamente, os setores hegemônicos da burguesia brasileira não se sentiram atingidos pela espionagem eletrônica da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA). Achem normal que a maior potência se meta em tudo, porque o capitalismo funciona assim e porque o Brasil nada pode diante do poderio global dos Estados Unidos. O governo teria de esperar, como a criança contrariada com o pai. É compreensível que Dilma transparecesse seu descontentamento e seu repúdio. Assim, o governo foi apoiado em seu limitado e simbólico ato de defesa da soberania.

O Congresso Nacional também fez suas gesticulações, bem mais moderadas que os da presidente. Demonstrou sua impotência.

O “povo brasileiro” assistiu aos lamentos de Dilma. Nenhum rubor nacionalista subiu ao seu rosto. Evidenciou-se o quanto a burguesia brasileira afastou-se do raquítico nacionalismo de outrora e o quanto conduziu os explorados a aceitar a política da inevitabilidade do Brasil se submeter à ordem mundial ditada pelas potências, com os Estados Unidos no comando.

O PT que um dia se arvorou de defensor a independência nacional se conformou com o desempenho de Dilma. O principal foi feito para atingir o público interno, que em outubro do ano que vem voltará às urnas.

O PT, depois que ganhou a presidência, com Lula à frente,

passou a depender completamente do Estado. Dilma tem provocado certos desencantos nas fileiras da burocracia e das correntes de esquerda petistas, mas causou boa impressão ter cancelado o encontro com Obama e se preparado para o discurso na ONU.

Os acontecimentos envolvendo a opressão nacional vão mostrando a incapacidade dos reformistas de tomar qualquer iniciativa de enfrentamento ao imperialismo, junto aos explorados. Sua burocracia sindical que controla a CUT e maior parte dos sindicatos se acha profundamente adaptada às multinacionais.

A classe operária sob o controle do PT, da sua burocracia sindical e de outras variantes da política burguesa (Força Sindical, etc.) não teve como formar uma compreensão sobre o imperialismo. O que implica a compreensão sobre o capitalismo e a luta de classes.

A revelação de que os Estados Unidos espionam até mesmo a agenda do Presidente da República, em si mesmo, é motivo de ruptura, de uma ação nacional enérgica. Necessariamente, teria de organizar o “povo brasileiro”, ou seja, os explorados em um movimento antiimperialista. Mas, como dissemos, a burguesia brasileira não tem nenhum interesse a resguardar, que dependa da mobilização da nação oprimida.

Na ausência do partido revolucionário e do proletariado organizado para a luta, o imperialismo tem as mãos livres para espionar, saquear e vilipendiar o governo. Essa profunda contradição explica a facilidade com que os Estados Unidos usam seu poder mundial – incluindo o total controle dos meios eletrônicos – para controlar os passos de todos os governos e os movimentos de cada empresa nacional.

O Tesouro norte-americano despende, em 2013, 52,6 bilhões de dólares somente inteligência. Com esse fabuloso montante, os Estados Unidos estenderam a espionagem a níveis maiores do que se supunha, que somente com as denúncias de Snowden se pôde ter a comprovação, mesmo assim apenas em alguma medida. A estrutura montada para a chamada “guerra cibernética” é parte do gigantesco arsenal bélico dos Estados Unidos.

A crise econômica generalizada iniciada em meados de 2008 reativou a guerra comercial. Nestes cinco anos de tormenta, reforçaram-se os conflitos mundiais. A crise percorreu apenas parte do caminho. Nos seus altos e baixos, na aceleração ou redução de seu ritmo, no aumento ou redução da abrangência, permanece a superprodução. A destruição de forças produtivas não foi suficiente para se iniciar um novo ciclo de estabilização.

É nesse quadro que os Estados Unidos sentiram o peso das revelações de Snowden. Pôs-se à luz do dia a intervenção do sistema norte-americano de espionagem eletrônica no processo de guerra comercial. A perspectiva é de maior ofensiva do imperialismo sobre as fronteiras nacionais das semicolônias.

Não há outra via para as nações oprimidas senão responder com o combate ao imperialismo. Sobre a base de acontecimentos como os da espionagem que a vanguarda deve levantar as bandeiras antiimperialistas e trabalhar por organizar uma frente única antiimperialista.

Obama e Dilma suspendem a visita de Estado

O imperialismo dita até como deve se comportar o governo brasileiro

A presidente Dilma Rousseff, finalmente, cancelou seu encontro com o presidente Barack Obama. A sua viagem aos Estados Unidos seria uma escandalosa demonstração de vassalagem do Brasil.

Há quem diga que o governo petista fez uma demonstração de defesa da soberania do País. Nada mais falso! O cancelamento do embarque de Dilma Rousseff se deu depois de muito esperar uma explicação dos Estados Unidos sobre a espionagem promovida pela Agência de Segurança Nacional (NSA).

Estava claro que a Casa Branca não tinha o que explicar. Os Estados Unidos simplesmente usaram seu poderio para vasculhar informações do governo brasileiro e de empresas, como a Petrobrás. É mais do que sabido que o petróleo tem importância estratégica para a maior potência do mundo. O imperialismo necessita controlar rigorosamente as fontes de matéria-prima que se encontram nos países semicoloniais.

A espionagem eletrônica é uma nova modalidade que facilita a interferência do imperialismo na vida interna das nações de economia atrasada. O Brasil apareceu como um pobre diabo que não tem como se defender da invasão rapina do seu “amigo” e “aliado”. Se se pretende criar uma defesa eletrônica, terá de comprar os aparelhos dos próprios invasores. Bons negócios esperam a indústria de informática.

O Brasil não domina a tecnologia. Isso porque sua incipiente indústria avançada sistematicamente foi sufocada. Cada vez que surge um foco em áreas tecnológicas de ponta, as multinacionais se encarregam de liquidá-lo.

No momento em que vêm à luz as revelações de Edward Snowden, o governo de Dilma estava em adiantada “negociação”, ou melhor “renegociação”, do uso da base de Alcântara, de onde os Estados poderão lançar seus satélites e controlar mais amplamente o globo terrestre. O projeto de uma indústria nacional de satélites foi para o espaço.

Também, neste momento, está negociando a compra bilionária de aviões de guerra da Boeing. Em troca, se negociam os “privilégios” concedidos pelos Estados Unidos do seu “Global Entry”. Os vistos de entrada no País ficarão mais fáceis. Os empresários terão menos dor de cabeça. E a classe média brasileira endinheirada, mais facilidade para gastar em Miami.

Lembramo-nos dos espelhinhos oferecidos pelos colonizadores, nos idos do século XVI, aos nossos índios.

O que significou o “cancelamento” da Visita de Estado? Significou aceitar o espelhinho. Obama e Dilma negociaram os termos do adiamento. Não houve uma decisão unilateral do governo brasileiro. O governo petista não disse: os Estados Unidos não nos deram a resposta desejada, logo está cancelada a visita de Estado. A nota emitida pelo governo norte-americano é clara: “...ambos os países concordaram em adiar a Visita de Estado da presidente Dilma a Washington marcada para 23 de outubro”. Houve apenas uma suspensão do encontro, de maneira a não parecer qualquer atitude de desrespeito e hostilidade ao imperialismo.

As negociações “bilaterais” continuam normalmente. Os Estados Unidos têm muitos espelhinhos para oferecer aos brasileiros.

A nota de Dilma Rousseff repete os termos do adiamento conjunto, mas não poderia deixar de se diferenciar pelo palavreado jocoso de que a “interceptação das comunicações” constitui “fato grave, atenta-

tório à soberania nacional e aos direitos individuais, e incompatível com a convivência democrática entre países amigos.”

O que mais o governo petista poderia fazer? Absolutamente, nada! Os empresários brasileiros não suspenderam sua Visita de Estado. Foram a Washington. O departamento de Estado, Comércio e Tesouro recebeu alegremente os representantes do Conselho Empresarial Brasil-EUA.

Todos lamentaram a tensão entre os dois países. Mas, fazer o quê? A vida continua, os negócios não páram e a burguesia brasileira pouco está se lixando para a invasão dos computadores e dos aparelhos telefônicos pela NSA. Não existe mais isso de soberania nacional. É coisa do passado. Velharia do nacionalismo. Ao governo brasileiro, sim, é compreensível que fale em soberania, esperneie, levante a bandeira das leis internacionais, da convivência civilizada, do respeito mútuo, etc. A tagarelice sobre soberania e direitos individuais à privacidade faz bem para a imagem do servidor do imperialismo. À burguesia nacional, cabe manter os negócios com os invasores rapinas.

Esse é o ponto a que chegou o Brasil semicolonial. Mas a posição de subserviência da burguesia e de hipocrisia do governo petista não elimina o real problema da soberania. A submissão do País às potências o mantém no atraso, na condição primordial de produtor de matérias-primas, importador de capital financeiro, eterno devedor e fonte de saque. O peso dessa carga recai sobre a maioria dos brasileiros explorados. A defesa da soberania tem por conteúdo as tarefas democráticas antiimperialistas.

Na história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, jamais a burguesia nacional foi antiimperialista. O máximo que alcançou foi o mesquinho nacionalismo varguista. Do colonialismo português, o Brasil passou para a órbita do imperialismo inglês e deste para a do norte-americano. Em nenhum momento deste longo trajeto, despontou uma fração da burguesia brasileira que expressasse consistente e consequentemente a defesa da soberania nacional.

O papel de bobó da corte cumprido pelo governo petista – o PT tem em seu programa a defesa da soberania nacional – é fruto da profunda submissão da burguesia brasileira ao imperialismo. Governar para essa burguesia é fazer o papel de bobó da corte perante o imperialismo.

A defesa da soberania do Brasil passou para as mãos do proletariado. Colocar o país semicolonial em posição de independência perante as potências, implica começar por atingir o poder econômico do imperialismo. As multinacionais e o capital financeiro serão estatizados sem indenização e colocados sob o controle operário. Esse é o conteúdo e o primeiro passo decisivo da luta antiimperialista e da conquista da independência nacional. Somente um processo revolucionário que permita a classe operária se dirigir à tomada do poder poderá colocar seriamente a independência do Brasil.

Certamente, estamos muito aquém dessa tarefa. O nosso proletariado se acha controlado e adormecido pelas forças pró-capitalistas, entre elas o PT. A construção do partido revolucionário avança, mas ainda muito embrionariamente. Essas condições políticas e ideológicas negativas, no entanto, não eliminam a tarefa democrática de defesa da independência nacional do Brasil, que, como vemos na conduta da burguesia e de seu governo diante da espionagem dos Estados Unidos, é objetiva.

Corrupção no governo Dilma**Ratos do PDT continuam a agir no Ministério do Trabalho**

O fim das quadrilhas burguesas será produto da revolução proletária

O recente escândalo envolvendo contratos do Ministério do Trabalho (MTE) com o Instituto Mundial de Desenvolvimento e Cidadania (IMDC) é apenas mais uma entre muitas e já corriqueiras fraudes operadas a partir desta pasta, dirigida pelo PDT.

O IMDC mantinha contratos e convênios para prestação de serviços (construção de cisternas, capacitação profissional e até consultoria para apicultores) com órgãos federais e estaduais, em pelo menos onze estados e vários municípios. A quadrilha agia a partir de Minas Gerais, onde também mantinha contratos com o governo do PSDB. Segundo a PF, por meio de subcontratações e outros canais, pelo menos R\$ 400 milhões foram desviados e o presidente do Instituto, Deivson Vidal, preso por lavagem de dinheiro, era dono de uma mansão, helicópteros e joias em Belo Horizonte.

No MTE, quatro membros da cúpula estiveram diretamente envolvidos e o Secretário Executivo, Paulo Roberto dos Santos Pino, o segundo homem na hierarquia do ministério, teve de ser afastado. Paulo Roberto, pertencente à direção nacional do PDT, não agia por conta própria, seguia orientações do comando nacional do partido, que há muito transformou o ministério em um balcão de negócios. Precisou ser rifado, todavia, quando o escândalo explodiu.

O PDT é um partido burguês como qualquer outro, oligarquizado, fisiológico e quadrilheiro. Tem se destacado, no último período, como um dos mais atrevidos e vorazes saqueadores do tesouro e arrastado o governo petista para o centro de seus escândalos. Uma vez integrando a base do governo, encontrou melhores condições para se estruturar, tal como seus rivais, PMDB, PTB etc. uma base de operações para captar recursos públicos e disputar eleitoralmente prefeituras e governos estaduais. Há apenas dois anos, o ex-ministro e chefe do partido,

Carlos Lupi, notabilizou-se com o escândalo das ONGs, que o derrubou em 2011. Os pedetistas cobravam altas propinas para acertar contratos com organizações não governamentais. O dinheiro obtido era desviado em parte para os cofres do partido e em parte embolsado pelos operadores do esquema. Lupi teve de ser afastado sem que, com isso, o MTE saísse das mãos do PDT. O mesmo se passa em outros ministérios e com os demais partidos burgueses, envolvendo licitações combinadas, acertos financeiros obscuros etc.

A ação dos bandos burgueses no interior do Estado não é uma exceção. A corrupção é inseparável da democracia burguesa. Nenhuma instituição como PF ou Ministério Público (MP) será capaz de lhe pôr fim. Não poucas vezes, têm inclusive agido como instrumentos a serviço da disputa intestina entre as quadrilhas.

É preciso denunciar não somente o PDT, mas também o governo Dilma de manter uma aliança coalhada de bandidos. Essa história de que a corrupção é pontual e que se passa ao largo da vista da presidente é falsa. Aqui aplica-se o ditado popular “diga com quem andas, que te direi quem tu és”.

O proletariado e a juventude pobre devem rejeitar as manobras diversionistas em torno das CPIs, que servem apenas para os quadrilheiros ajustarem contas políticas. A única forma de se combater a corrupção é atacando as suas fontes. Elas se encontram nas relações de propriedade capitalista. A expropriação da grande propriedade dos meios de produção e sua transformação em propriedade socialista é o ponto de partida para eliminar a corrupção. A bandeira que corresponde é a de constituição de um Tribunal Popular, eleito diretamente pelos explorados, para apurar todos os crimes da burguesia e punir os criminosos.

PSB se afasta do governo Dilma Rousseff (PT)

Avança a ruptura na aliança que garantiu ascensão e governabilidade do PT

A direção nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB) decidiu, em 18 de setembro, em Brasília, afastar-se do governo de Dilma Rousseff (PT). Entregou os cargos que ocupa no governo federal, entre os mais importantes, a Secretaria de Portos e o Ministério da Integração Nacional, a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), etc.

Desde o início da gestão petista no Estado burguês, em 2003, ainda no primeiro governo Lula, o PSB tornou-se, junto com o PDT e o PCdoB, importantes aliados dos petistas na manutenção da chamada governabilidade. Nos momentos críticos do governo Lula, quando PSDB/DEM quase ingressaram com um pedido de impeachment contra o ex-presidente, só não vingando por ausência de base social, ou quando vieram à tona as diversas denúncias de corrupção envolvendo a alta cúpula do PT (José Dirceu, João Paulo Cunha e Delúbio Soares),

acusados de envolvimento no mensalão, o PSB se manteve ao lado do governo petista contra a oposição de direita, defendendo-os contra os ataques da imprensa e dos partidos oposicionistas. O PSB comandou nos oito anos de governo Lula pastas importantes como o Ministério da Integração Nacional (Ciro Gomes) e da Ciência e Tecnologia (Roberto Amaral e Eduardo Campos).

Nas eleições de 2010, a direção do PSB chegou a barrar a potencial candidatura de Ciro Gomes à presidência da República, apoiando a candidatura de Dilma Rousseff (PT) e direcionando as forças da agremiação para a eleição de parlamentares e governadores, potenciando-se eleitoralmente. Ocorre que as relações políticas entre PT e PSB vêm se desgastando desde as eleições passadas, tendo em vista a ascensão eleitoral e política do PSB, que conseguiu eleger governadores em seis

estados (Pernambuco, Ceará, Paraíba, Piauí, Espírito Santo e Amapá). Além disso, aumentou a sua bancada parlamentar na Câmara dos Deputados de 27 para 35 parlamentares e elegeu 4 senadores.

O anúncio da decisão da Comissão Executiva Nacional foi feita pelo governador Eduardo Campos (PSB-PE), potencial candidato do partido às eleições de 2014. Entregou uma carta à presidente Dilma, contendo os supostos motivos, entre os quais, o mais importante deles, a pretensão de lançar candidatura própria à presidência da República em 2014. O partido saiu do governo, mas não rompeu politicamente com ele. Também encontrou resistência no presidente da legenda no Rio de Janeiro, o prefeito de Duque de Caxias, Alexandre Cardoso, que foi afastado pela direção nacional do PSB, além do grupo do governador do Ceará, Cid Gomes, que arrastará consigo 4 deputados federais, 9 estaduais e 38 prefeitos, efetivando-se o rompimento. Trata-se, portanto, da disputa interburguesa em torno das eleições de 2014, que está em franco andamento, que definirá qual entre os partidos da ordem burguesa irá gerir os rumos do Estado e os interesses gerais da burguesia.

A movimentação de Eduardo Campos de afastar o PSB do

PT e se aproximar da oposição PSDB indica a desconfiança na possibilidade dos petistas continuarem a governar o país. Não se sabe ainda até que ponto o PSB se declarará opositor. Mas tudo indica que esse é o seu curso. Novos partidos opositores estão sendo constituídos, como o Solidariedade, encabeçado pelo dirigente da Força Sindical, Paulo da Silva, e o Rede e Sustentabilidade, de Marina da Silva. E isso se confirmar, a oposição até agora restrita ao PSDB, DEM e PPS vai se ampliar. Os alinhamentos dependem da situação eleitoral de cada partido. A política burguesa segue em grande medida as possibilidades eleitorais, os recursos econômicos e a disposição das massas em serem enganadas. O certo é que o governo do PT caminha sob pressão da crise econômica e de setores da burguesia. Grande parte da classe média já não vê com bons olhos o governo do PT. O PSB parece os ratos pulando do navio à deriva e golpeado pelas turbulências.

Os trabalhadores estão à margem desse jogo interburguês. Mas, serão chamados a seguirem novos realinhamentos entre os partidos patronais em torno do poder do Estado. O POR luta pela independência de classe e convoca os explorados a construir seu próprio partido, cujo programa é o da revolução proletária.

Chegou a vez do PSOL

A deputada estadual e presidente do PSOL no estado do Rio de Janeiro, Janira Rocha, foi denunciada por corrupção. Renunciou à direção estadual do partido. Como isso pôde acontecer com o PSOL, fruto de um rompimento com o degenerado PT, que prega idoneidade na política e que vive procurando um motivo para coletar assinaturas de parlamentares para montar uma CPI?

Dois assessores de seu gabinete foram ao mercado dos escândalos venderem um dossiê que incrimina Janira Rocha. Pediam nada mais nada menos que R\$ 1,5 milhão. Acabaram presos e a denúncia veio à tona gratuitamente.

Duas são as acusações do dossiê: 1) Janira admite assessores com o salário de R\$ 7.200,00 e fica com R\$ 4.000,00, assim a parlamentar aumenta sua renda; 2) Janira meteu a mão no caixa do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Rio de Janeiro (Sindprev), desviando dinheiro para o PSOL.

Os denunciantes são militantes do partido. Colocaram a corda no pescoço. A deputada jura que não é verdade. E o PSOL montou uma comissão para investigar o caso. O deputado Chico de Alencar pediu que fosse afastada do partido até que tudo seja esclarecido.

Parece que a deputada não tem escapatória. O dossiê conta com uma gravação.

Chico de Alencar é a voz mais expressiva do PSOL. Disse que não se deve “fazer pré-julgamento e jogar Janira para os leões.” O deputado deixou transparecer o fundamental da “desgraça” que caiu sobre os “socialistas”. Eis: “Não vamos nos intimidar com os que estão explorando esse caso. Nunca nos colocamos como vestais, intocáveis.” Acontece que chegou a hora e a vez do PSOL. A imputação atingiu um dos seus mi-

litantes mais proeminentes.

Nada é intocável a princípio nesse mundo. Mas um partido que se diz socialista deve se colocar como intocável e lutar para que essa lei política seja cumprida. A moral revolucionária é um valor intocável. Por isso mesmo, não é abstrato. Nada tem a ver com o moralismo burguês e pequeno-burguês, que não se calca na materialidade do mundo. Um dos fundamentos partidários da moral revolucionária é o do autofinanciamento. Um partido que se diz socialista jamais poderá ser financiado por capitalistas. Jamais poderá se valer do dinheiro do sindicato sem que seja uma decisão da assembleia, democrática e consciente.

A participação nas eleições e no parlamento está subordinada à ação direta e revolucionária das massas. Jamais se poderá ter uma moral revolucionária se os “socialistas” submetem sua política às eleições ditadas pela burguesia e ao parlamento capitalista. É claro que sem esses fundamentos o PSOL pode esperar outros casos como os de Janira. Não faltam exemplos sobre “doações” a campanhas feitas por empresas ao PSOL.

Desde a sua ruptura como o PT, o partido não fez outra coisa senão correr a se potencializar eleitoralmente. Nos sindicatos e organizações estudantis, sua militância prima pelos métodos legalistas e conciliadores diante dos exploradores e opressores. Combatem duramente a política revolucionária. Em uma palavra: o PSOL desenvolve uma política pequeno-burguesa reformista.

Que mal há nisso? O reformismo, nas condições de desintegração do capitalismo monopolista, serve à reação burguesa. Não tem como se basear na moral revolucionária, que faz parte do programa socialista e do funcionamento do partido marxista-leninista-trotskista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

A militância do PSOL que ainda não pôs os pés no esgoto deve refletir sobre o caso Janira. A parlamentar assumiu todos os vícios dos partidos burgueses com as assessorias. E por que pôde agir assim? Porque é parte da política parlamentar do PSOL. É a primeira vez que um deputado é denunciado por usar a assessoria para benefício próprio? Absolutamente, não! Essa é uma prática corriqueira.

Os partidos da burguesia têm sua fonte natural de financiamento nos próprios capitalistas. O PSOL é pequeno burguês, ligado a sindicatos. O que faz para alimentar sua política eleitoral-parlamentar? Desvia dinheiro dos sindicatos. Em palavras precisas: rouba os sindicatos. Não tem uma fonte natural de financiamento, como os partidos da burguesia. Está aí por

Para onde vai a crise capitalista?

O governo Dilma tirou vantagem dos índices econômicos do segundo trimestre de 2013, que mostraram um pequeno crescimento da economia brasileira. Os dados mais recentes da Confederação Nacional na Indústria apontam, no entanto, uma reversão dessa tendência.

O aumento de 0,6 ponto da produção industrial de agosto ante julho não oculta a retração de 2 pontos ante agosto de 2012. O emprego caiu 0,7 ponto de um mês para o outro na indústria. Já a utilização da capacidade instalada subiu de 72% para 74%. E a ociosidade diminuiu 1,5%. Isso mostra que as indústrias foram mais ativadas, com menos mão-de-obra, nesse período. Ou seja, que aumentou a exploração do trabalho.

O IBGE registra queda geral de 0,2% do emprego na economia em julho, e 0,8% em relação ao ano anterior. A região Nordeste registrou queda de 4,3% no período. A região registrou taxas negativas em 12 dos 18 setores analisados, com destaque para as indústrias de calçados e couro (-8,3%), alimentos e bebidas (-3,6%) e minerais não-metálicos (-7,4%). O IBGE também destacou os resultados negativos na Bahia (-7,4%), Rio Grande do Sul (-2,1%) e Pernambuco (-5,3%).

O endividamento das famílias brasileiras voltou a crescer em julho, pelo sétimo mês seguido, e bateu recorde histórico. Segundo dados do Banco Central, o total de dívidas das famílias representa 45,1% de sua renda acumulada em um ano. Este é o maior percentual da série histórica do BC, iniciada em janeiro de 2005. Há um ano, esse percentual era de 43,41%. Em junho, era 44,82%. O nível de endividamento mais que dobrou em oito anos, de acordo com o BC. Quando a série histórica foi iniciada, em janeiro de 2005, o nível de endividamento era de 18,39%, e desde então tem aumentando sistematicamente.

Os dados apontam uma indústria estagnada, mas aumentando a exploração do trabalho por meio de demissões e aumento do ritmo e jornada. E um endividamento dos assalariados que se aproxima da metade dos rendimentos, o que bloqueia as possibilidades de

que está obrigado a usar o caixa dos sindicatos e as benesses dos capitalistas.

O partido revolucionário também tem sua fonte natural de financiamento: a classe operária e os demais explorados. Caso se desvie um pouquinho que seja dessa fonte natural, já está corrompido. Como se vê, o financiamento partidário é de classe. Não se pode beber nas duas fontes naturais – a da burguesia e a do proletariado – sem mudar o conteúdo de classe do partido.

O autofinanciamento do partido é uma conquista decisiva do proletariado. Expressa a independência de classe dos explorados em sua luta pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

políticas de estímulo baseadas em crédito fácil.

Economia mundial

Os economistas previam um crescimento na economia norte-americana. Após o crescimento zero em julho, cresceu 0,4% em agosto, puxado por 0,7% na indústria, segundo o Fed (Banco Central norte-americano), embora abaixo das expectativas.

A produção industrial japonesa cresceu 3,4% em julho diante de junho, mas tinha caído 3,1% no mês anterior. A capacidade utilizada foi a 99,3%, 3,7% superior que em junho. Compare-se aos 74% de uso da capacidade instalada no Brasil.

Na zona do Euro, a produção industrial caiu 1,5% em julho (-2,3% na Alemanha). Pulverizou o crescimento de 0,6% dos três meses anteriores. Queda de 1,7% em relação a 2012.

Os dados indicam as pequenas variações para cima ou para baixo nas principais economias do mundo. Mas não apontam nenhuma tendência consistente de crescimento, ao contrário, a curva geral continua em estagnação ou leve retração.

Os dados indicam que os esforços dos governos em superar a crise não têm obtido êxito. A economia norte-americana tem buscado contornar a crise com aumento da produção de automóveis, caminho seguido pelo Brasil.

O fato é que a contradição entre a desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e distribuição capitalistas não pode ser resolvido sem um ajuste que se traduza numa brutal quebra das forças produtivas, que permita uma reconcentração de mercados e capitais no seu conjunto e abra um novo momento de valorização de capital. Em outras palavras, uma brutal recessão ou destruição pela guerra é condição para a superação da atual crise, iniciada em 2008.

As massas se deparam com as medidas gerais dos governos de despejo da crise sobre seus ombros, e têm de enfrentá-las com os métodos da luta de classes e as bandeiras do Programa de Transição, que lhes permitem buscar a solução progressiva para a humanidade, tornando a propriedade privada dos meios de produção em coletiva e superando a contradição capitalista que afunda o mundo na barbárie das guerras e da propagação da fome, miséria e exploração.

Adquira com o distribuidor deste jornal



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Setembro de 2013 - R\$ 5,00

**40 anos do golpe militar no Chile,
é necessária e imprescindível
a criação do Partido
Operário Revolucionário**



Textos: POR - Chile, Argentina, Bolívia e Brasil

Campanha Salarial dos metalúrgicos

Burocracia repete a política de campanha salarial sem luta

Os metalúrgicos constituem a coluna vertebral da classe operária. São 2,5 milhões de trabalhadores. Destes, 63,9% estão concentrados na região Sudeste. Na região Sul, reúnem 23,9%; no Centro-Oeste, 5,5%; no Nordeste, 4,6% e no Norte, 2,1%. São na maioria operários das montadoras e autopeças, portanto, das multinacionais.

As montadoras impõem salários diferenciados, de acordo com as regiões do país. Assim, o salário médio em São Bernardo é de R\$ 6.500, enquanto que as montadoras como Hyundai no Rio Grande do Sul e General Motors em Goiás pagam R\$ 1000,00 e R\$ 2.500,00, respectivamente. O mesmo ocorre com os direitos trabalhistas e outros benefícios. Assim, volta e meia, uma montadora fecha unidades no Sudeste para reabrir no Nordeste ou no Sul, como é o caso dos anúncios recentes da Mercedes Benz (SBC) e General Motors (SJC).

As montadoras ditam a política trabalhista para o Brasil. Exigem subsídios do governo e reservas do mercado nacional. Pressionam os sindicatos para os acordos de eliminação de direitos e de flexibilização trabalhista, entre eles o banco de horas, o PDV e o lay-off. Os acordos estabelecidos pelas montadoras determinam até onde podem chegar os reajustes salariais dos demais trabalhadores.

Há alguns anos, as montadoras impõem acordos de validade por dois ou mais anos. A exemplo da Volks que determinou que o acordo dos metalúrgicos de Taubaté e região terá a validade de 2 anos. Com isso, se livram de possíveis greves ou paralisações que afetam a produção.

O fato das montadoras agirem por cima do Estado brasileiro, disciplinando o patronato nacional, não é novidade. O que causa horror é o fato dos sindicatos metalúrgicos, controlados pela CUT ou pela Força Sindical (na sua maioria), não esboçarem reação em favor dos interesses da classe operária. Ao contrário, atuam dividindo os metalúrgicos e assinando acordos pró-multinacionais.

Burocracia cutista age em favor das multinacionais contra a campanha salarial unificada

A data-base dos metalúrgicos é setembro. Bem antes, a burocracia cutista se submete à divisão patronal dos metalúrgicos.

Greve nacional dos bancários

Lucros exorbitantes para os banqueiros e miséria para os bancários

Somente a força da greve poderá arrancar as reivindicações

Com data base em setembro, os bancários em nível nacional aprovaram a greve como resposta à proposta patronal. Exigem 11,93%, mas a Fenaban anunciou 6,1%. Reivindicam PLR de três salários mais 5.553,15, em contrapartida a Fenaban estipulou um reajuste de também 6,1% no valor da PLR do ano passado. Os bancários pedem o piso do Dieese de R\$ 2.860,00 e a Fenaban anuncia que o piso para função de caixa no valor

de R\$ 2.182,36. Para as outras funções, o piso é miserável, R\$ 1.519,00. Como se vê, a Federação dos Bancos apresentou uma proposta extremamente rebaixada. Não havia outro recurso senão ir à greve.

A greve nacional iniciou em 19 de setembro e ainda continua forte. Durante esse período, apesar da insistência das direções sindicais, a Fenaban não mostrou disposição de abrir a

gigos do ABC em grupos, que vão até 10. Aprova uma pauta de reivindicações, que é entregue com bastante antecedência à patronal. Nessa pauta, não consta o índice a ser exigido, genericamente anuncia a reposição da inflação e aumento real. A partir daí, inicia a maratona nas mesas de negociação, de cada grupo. Fecha primeiro o acordo com as montadoras, para servir de base de negociação com os demais setores. Conforme vai fechando os acordos, anuncia como vitória daquele setor. Onde existe alguma resistência do patronato, deixa para o final quando a possibilidade de uma greve massiva já se esgotou.

Nesse ano, houve uma particularidade. A burocracia cutista assinou uma carta com as outras Centrais, incluindo a CSP-Conlutas, conclamando a paralisações ou atrasos na entrada, justificando que se trata de um alerta aos patrões. Com isso, realizaram-se algumas paralisações, a exemplo dos operários da Volks e da Mercedes-Benz, que ficaram por duas horas de braços cruzados, ou passeatas pelos setores das fábricas. Mas, tudo não passou de letra-morta, porque na prática continuava-se assinando acordos para encerrar a campanha salarial.

As assembleias no sindicato eram convocadas para aprovar o que já havia assinado na mesa de negociação. Mesmo com o anúncio de demissão na Mercedes-Benz (transferência da produção para outro estado), não modificou o curso da campanha salarial. No caso da Scania, a burocracia não contava que os metalúrgicos estivessem dispostos a ir greve. Anunciou a proposta patronal e a assembleia aprovou a greve, mas tratou de encerrá-la em 24 horas.

O resultado da campanha salarial não poderia ser outro: o patronato concedeu cerca de 8%, sendo 6,07% de inflação e 1,82% de aumento. Isso serviu de parâmetro para que as empresas “pelo menos” seguissem esse padrão.

O fato é que a campanha salarial foi novamente estrangulada pelos burocratas sindicais. A falta de unidade dos metalúrgicos, as assembleias por grupos e os acordos por empresas mostram o quanto a burocracia controla esse setor tão estratégico da classe operária. Evidencia, também, o quanto a classe operária necessita de uma direção classista para combater a burocratização dos sindicatos e impor as reivindicações e o método coletivo de luta para conquistá-las.

de R\$ 2.182,36. Para as outras funções, o piso é miserável, R\$ 1.519,00. Como se vê, a Federação dos Bancos apresentou uma proposta extremamente rebaixada. Não havia outro recurso senão ir à greve.

A greve nacional iniciou em 19 de setembro e ainda continua forte. Durante esse período, apesar da insistência das direções sindicais, a Fenaban não mostrou disposição de abrir a

negociação com o comando nacional da greve.

Os banqueiros tiveram lucros exorbitantes. Segundo o governo, o setor lucrou R\$ 59,7 bilhões entre junho de 2012 e 2013. Mesmo assim, a Fenaban oferece a esmola de reajuste de acordo com a inflação oficial. É o setor que mais tem precarizado as condições de trabalho, imposto as terceirizações e faz do bancário um vendedor de produtos das agências.

Greve dos correios

Divisão burocrática quebra a força da greve nacional

As direções dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia, depois de poucos dias de greve, defenderam a sua suspensão, aceitando a proposta de reajuste de 8%. Mas, 27 sindicatos recusaram a proposta e estão em greve. Reivindicam aumento real de 15%.

Apesar da maioria dos sindicatos permanecerem em greve, o fato de dois estados importantes, São Paulo e Rio de Janeiro, suspenderem o movimento, quando a greve nacional apenas

A experiência das greves passadas indica que não basta fechar os bancos, mas é preciso que os grevistas massivamente ganhem as ruas por todo o país. Também mostrou que a greve que começou unitária, bancos públicos e privados, só pode ser encerrada por decisão também coletiva. O patronato está usando os interditos proibitórios para impedir o direito de greve. A resposta à lei antigreve é o fortalecimento do movimento grevista.

despontava, favorece a imposição da proposta rebaixada da ECT. É o que se passa agora. A ECT usa o mecanismo de anunciar que pagará o reajuste de setembro e outubro no dia 3 de outubro para os estados que aceitaram o acordo e pressiona que fará o mesmo para aqueles que assinarem até o final do mês. Está aí a chantagem, usando os próprios trabalhadores. Certamente, a responsabilidade recai inteiramente sobre a divisão burocrática que impediu a greve fosse nacional.

Professores do Rio de Janeiro em greve ocupam a Câmara Municipal

Os trabalhadores municipais de educação ocuparam no dia 26 de setembro a Câmara Municipal. Lutam contra o PL 442 do prefeito Eduardo Paes, que será votado pelos vereadores. Trata-se do Plano de Carreira. Conta com medidas draconianas, como: extinção dos cargos de PI e PII e criação do Professor de Ensino Fundamental, polivalente; não acata a Lei do Piso no que se refere a 1/3 fora da sala de aula; não cria a data-base para os reajustes; não aceita o regime de 30 horas para os funcionários administrativos; retira a paridade dos aposentados e legitima mais recursos para as empresas e fundações privadas.

A greve iniciou no início de agosto, chegou a ser suspensa, mas retomou contra o Plano de Carreira, que impõe duro ataque às condições de ensino e trabalho.

No Rio de Janeiro, a educação está em greve. Os trabalhadores estaduais também estão paralisados. Exigem que o governo Sérgio Cabral atenda as reivindicações, que incluem: 1) reajuste de 28%; 2) 30 horas semanais para os funcionários; 3) a derrubada do veto do governador que garante uma matrícula de professor em apenas uma escola. A pauta de reivindicações é extensa porque as condições de ensino e trabalho na rede estadual são aviltantes.

A unidade grevista dos municipais e estaduais é uma arma poderosa para enfrentar o governador e o prefeito. Paralisação total das escolas, unidade com os pais, manifestações gigantescas, bloqueios e ocupações são métodos fundamentais para impor as reivindicações.

Rio Grande do Norte

Governo responde à crise com atraso de salários dos servidores estaduais

O governo Rosalba /DEM anunciou em coletiva a imprensa, neste dia 26, que diante da grave crise econômica que o estado vem passando tomou a medida de atrasar os salários dos servidores em 10 dias, medida que vale para servidores que recebem acima de R\$3.000,00. Essa medida atinge 6.600 servidores estaduais, o que corresponde a 8% do funcionalismo. Esse dado comprova o quanto os servidores estaduais têm seus salários miseráveis, ou seja, 92% recebem menos que R\$ 3.000,00. Essa medida tende a ser ampliada para o restante dos servidores nos meses seguintes. No mês passado, o atraso se deu nos salários dos aposentados e pensionistas, com a justificativa de que foi a falta de energia que criou problemas no pagamento.

Há uma tendência no aprofundamento da crise no estado

e a medida tomada pelo governo tem sido de ataque aos serviços públicos, diminuindo verbas de setores essenciais como saúde e educação, ao mesmo tempo em que desvia recursos para setor privado, a exemplo dos 400 mil desviados para hospitais privados no mesmo período da greve da saúde. Só na educação houve um desvio de 160 milhões, ao mesmo tempo em que o estado atende prontamente aos grandes grupos da copa. Rosalba, desde os seus primeiros meses de governo, buscou ter uma boa relação com organismos imperialistas, a exemplo do Banco Mundial. Recentemente, comemorou mais um empréstimo que foi aprovado para o RN de mais de 540 milhões de dólares para o “RN sustentável”. Nos primeiros meses de seu governo, justificando ter encontrado o estado com problemas financeiros, recorreu ao Banco Mundial para

pegar empréstimos. Todos nós conhecemos a que custo se dão estes empréstimos junto aos grandes grupos capitalistas.

As greves dos servidores do RN

No segundo semestre, as categorias da saúde, educação, polícia civil e servidores do Itep decretaram greve. Todas as greves tinham uma característica semelhante à luta contra o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho.

Greve da saúde: As conquistas da greve foram a incorporação dos 25% das gratificações ao salário base e a criação de uma comissão mista (sindicato e governo) para discutir em 45 dias as propostas de alteração no plano de cargo da categoria. Consta também no acordo que, em 2014, no mês de fevereiro, o governo irá incorporar mais 25% das gratificações e nos próximos 3 meses seguintes aplicar a tabela do plano de cargo corrigida pelo DIEESE. O que significou que não houve nenhum reajuste salarial para os trabalhadores. Mais uma vez a criação de comissões que acabam não servindo para nada.

Greve da educação: uma das menores greves da educação, pouco mais de 15 dias, e ao contrário da saúde em que houve adesão da categoria, na educação o índice de paralisação foi muito pequeno. Os trabalhadores por vários anos seguidos são derrotados pela burocracia do Sinte/PT que este ano só chamou a greve quando o governo atacou os diretores do sindicato retirando a disponibilidade e suspendendo salários enquanto não voltassem para a sala de aula. O que causou transtornos numa burocracia que há décadas não sabe o que é entrar numa sala de aula. O entendimento de que o governo não poderia intervir no sindicato, que é instrumento dos trabalhadores e que é quem deve varrer a burocracia do sindicato, são os próprios trabalhadores, não foi aceito pela categoria, que conhecendo que a direção estava acuada não atendeu ao chamado da greve. Essa foi a resposta da categoria para vários anos de traição. A pauta de reivindicação construída pela burocracia desde o início não defendia reajuste salarial. Para pôr fim a greve a burocracia criou uma reivindicação que foi o pagamento das horas a mais que os professores trabalharam de abril a julho, que não chega a R\$ 2.000,00 e parcelados em 6 vezes, a iniciar no pagamento de setembro, o que já não foi atendido este mês. E a criação das comissões para discussão de plano dos funcionários, para atualização do plano dos professores, como fazem em todas as greves.

Greve da polícia civil e Itep. A greve foi aprovada desde o dia 06 de agosto. A pauta de reivindicações apresentada pelo sindicato inclui contratação de pessoas já aprovadas em concurso e realização de novo processo de seleção de agentes, escrivães e delegados; concessão de vale-refeição para toda a categoria e transferência dos presos que estão sob custódia em delegacias do interior. Os policiais civis também pedem redução na jornada de trabalho; pagamento de adicional noturno a todos os policiais que atuam em regime de plantão; implementação da carreira única na Polícia Civil, entre outras coisas. O governo responde recorrendo à justiça, que determinou recentemente que as manifestações deverão ser realizadas a

200 metros de distância de órgãos públicos como centro administrativo do governo, delegacias de plantão, e Itep, além da proibição de participarem de manifestação portando armamento e que 70% dos servidores devem manter os serviços. O descumprimento destas medidas penalizará o sindicato com multa de 50 mil para cada ato de descumprimento. Mesmo com estas medidas, a greve ainda se mantém com uma grande adesão dos servidores que não cumpriram a determinação dos 70% trabalhando.

Diante de todas as manifestações e greves no estado do RN, faltou o que é essencial para a conquista das reivindicações das categorias, que é a unidade. Os sindicatos da saúde (dirigido pelo PSTU/Conlutas) da educação (PT/CUT) e polícia civil (independente e sem central sindical) não se unificaram. Embora entrando em greve num mesmo período, o governo conseguiu desmontar uma a uma, ficando agora só a da polícia civil. As disputas aparelhistas entre as centrais sindicais (CUT/CSP-Conlutas) durante a greve só fragmentaram as lutas.

O sindicato da educação participava das manifestações da saúde apenas com representações para tentar configurar uma unidade, a CSP Conlutas todo tempo atuou para mostrar que suas ações eram mais “avançadas” que as da burocracia cutista, como por exemplo o acampamento na casa da governadora. Uma coisa unificou os dirigentes: o desgaste eleitoral de Rosalba/DEM. Bandeiras unitárias como Fora Rosalba e impeachment foram levantadas acima das reivindicações das categorias. Na saúde isso se deu com muito mais força, inclusive o acampamento era uma forma de desgastar eleitoralmente o governo.

O POR defendeu nas assembleias da saúde e educação, onde atua, a constituição de comandos de greve unificados, mas esse não era o desejo das direções.

Com a crise já anunciada ou os servidores públicos se unificam numa resposta imediata ao governo, contra qualquer ataque ao funcionalismo ou teremos corte de salários e aprofundamento de ataques, como têm feito os governos em período de crise.

Como bandeiras principais, os trabalhadores devem defender as reivindicações gerais, como o Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Trabalho e de Reajuste, caso contrário os movimentos não terão força para fazer frente à ação do governo de Rosalba/DEM. A defesa da ação direta em detrimento da ação parlamentar é importante no seio dos trabalhadores.

Que os trabalhadores aprovelem e lutem:

1. Pelo fim da terceirização, das leis antigreves. 2. Contra a crise econômica, defesa da Escala Móvel de Reajuste; contra o desemprego, defesa da Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos aptos); contra o salário de miséria do governo, defesa do Salário Mínimo Vital (defendido e aprovado em assembleias dos trabalhadores, que está em torno de R\$ 4000,00). 3. Contra a destruição de serviços públicos, defesa da Estatização dos Sistemas de Saúde, de Educação e de Transporte, sob controle dos trabalhadores.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Eleições para delegados ao Congresso da Apeoesp

Avança a burocratização autoritária e cresce a necessidade de defesa oposicionista da democracia sindical

No dia 16 de setembro, realizaram-se os Encontros Regionais para a eleição dos delegados ao XXIV Congresso da Apeoesp. Velha tática para impedir que as escolas elejam diretamente seus delegados. A burocracia criou um funil para continuar tendo a maioria: 1) eleger-se a cada 10 sindicalizados nas escolas, um pré-delegado; 2) depois, de acordo com o número de sindicalizados em cada subsele do sindicato, são eleitos os delegados. Portanto, há uma cota. Por exemplo, a Lapa, com mais de 4 mil filiados tem “direito” a 49 delegados; 3) para cada subsele, existe um tipo de ata para a eleição dos pré-delegados nas escolas. Diferenciam-se pelas cores e pela numeração. Tudo não passa de uma armação, porque quem controla as atas, as numerações, as cores, a lista dos sindicalizados e tem os recursos para percorrer todo o estado, com mais de 6 mil escolas, é a burocracia liberada (que recebe salário e dispõe de celulares, carros, etc.); 4) utilizam-se os aposentados, que são inscritos diretamente nas subseles, sem a necessidade de serem da região.

Mas não param aí os esquemas antidemocráticos. Agora: 1) impôs uma regra para impedir que 40 mil professores da categoria “O” pudessem ser delegados, impondo um dilatado prazo de filiação. A maioria de professores contratados perde o vínculo e, consequentemente, a filiação. Usou essa tramoia porque os professores contratados foram a vanguarda da greve, nesse primeiro semestre, contra as posições da burocracia conciliadora; 2) usou o artifício das escolas municipais para se conseguir a maioria na cidade de São Paulo. Ou seja, sindicaliza-se um professor da escola municipal e, automaticamente, este passa a ser pré-delegado, enquanto que nas escolas estaduais são necessários 10 sindicalizados. Como a prefeitura de São Paulo está sob o comando do PT, esse mecanismo foi facilitado. Tudo para impedir que setores de Oposição continuem tendo a maioria dos delegados na capital.

Quanto mais a burocracia elimina a democracia sindical para se obter a maioria no Congresso, mais se evidencia o seu desespero para manter o aparato sindical sob seu controle. Não por acaso, transferiu o local do Congresso para os hotéis-fazenda; também, não por acaso, necessita da maioria despolitizada para referendar a política burguesa do petismo.

No Congresso de novembro, como já sabe antemão que está com a maioria, apresentará mudanças estatutárias de maior controle sobre o aparelho sindical, entre elas a da realização e assembleias em locais fechados e com apresentação de holerites e a da eliminação da pouca autonomia que resta das subseles do sindicato.

O Congresso - que deveria ser um instrumento de politização das bases, de discussão dos problemas fundamentais da educação, da situação política do país, da aprovação de um plano de reivindicações e de orientação para a luta - é utilizado para mutilar ainda mais a democracia sindical. Eis por que os delegados são extremamente controlados pela direção petista burocrática. Sistemáticamente, nos últimos tempos, em cada

Congresso, a direção burocrática petista vem modificando os estatutos de forma a sufocar a democracia e impossibilitar que a Oposição ganhe força. A burocratização do sindicato implica afastar os trabalhadores do seu controle. Caso o Congresso venha a aprovar as assembleias em locais fechados estará dando um golpe mortal no caráter massivo da Apeoesp e, portanto, na capacidade de luta dos professores.

Corrente Proletária e a eleição de delegados

A Corrente Proletária apresentou suas posições por meio da tese 2, caderno de teses publicado pelo sindicato. No Jornal Massas anterior, divulgamos um resumo contendo os aspectos fundamentais da tese. Nas subseles de Franco da Rocha, Lapa, Litoral e Lapa, a Corrente Proletária não compôs com nenhum dos setores de oposição. Na subsele Sudeste e Penha, houve a composição com a tese da Oposição Alternativa (PSTU e outros agrupamentos). Isso porque são regionais onde a burocracia impõe o critério antidemocrático de 20% dos pré-delegados para ter o direito aos delegados e nenhum setor de oposição, isoladamente, consegue vencer essa barreira.

No **Litoral Norte**, duas teses concorreram: a da burocracia (Articulação/PCdoB) e a da Corrente Proletária (POR). Compararam 55 pré-delegados, com direito a 15 delegados. A burocracia, incapaz de defender a sua própria tese, fez um slide no datashow, encenando suas posições e as do POR. Reproduziu o discurso das “vitórias” obtidas (concurso, não prova para os F, IAMSPE para os contratados “O”, comissão paritária e aumento salarial de 2%). No slide, havia o lado bom, que era o da burocracia, e o lado ruim, que era apresentado como o do POR. Dizia que o POR não tem política para os aposentados, para os negros e para as mulheres. O que mostra o quanto os burocratas precisam mentir para detratar o seu adversário. Os poristas não apenas têm desenvolvido amplamente respostas a todo tipo de opressão, como nunca se furtaram em combater as posições pequeno-burguesas antimarxistas sobre a questão racial, opressão sobre a mulher e sobre toda sorte de discriminação sexual. Os petistas e estalinistas falariam a verdade se mostrassem nossas divergências sobre tais formas de opressão de classe. Mas o objetivo foi o de ludibriar os incautos pré-delegados ao contrapor a democracia burguesa (como a boa) e a ditadura do proletariado (como a dos facínoras). Lamentavelmente, a maioria dos delegados era despolitizada e não teve como reagir à farsa da burocracia.

Apesar da cena grotesca armada com o slide, a Corrente Proletária defendeu uma análise da conjuntura nacional e internacional, demonstrando o quanto a crise afetará os trabalhadores. Denunciou o processo antidemocrático que conduz ao XXIV Congresso Estadual. Defendeu as bandeiras ligadas ao salário e ao emprego e denunciou as manobras da direção para desmobilizar a categoria, destacando como contraponto os métodos da ação direta vivenciados nas mobilizações de junho. Evidenciou

a destruição do ensino praticada por todos os governos e a profunda burocratização e estatização dos sindicatos. Mesmo com meia dúzia de atas e sem recursos, a Corrente Proletária fez um bom trabalho nas escolas, o que resultou na plenária em quase 37% de pré-delegados vindos de escolas das 4 cidades (Ilhabela, Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião), o que permitiu que a Corrente elegeisse 5 delegados e 1 suplente para o Congresso.

Na Penha, a burocracia petista (Artnova) tentou esmagar os setores de Oposição. Nas escolas onde havia militante de Oposição, as atas não chegaram, ou eram entregues às vésperas do Encontro. No dia, rejeitaram todos os recursos apresentados pela Oposição, inclusive contra a participação de professores da categoria “O”. O combate contra a burocracia impôs a necessidade de unificar as teses de Oposição (teses 2, 5, 6). Participaram 150 pré-delegados. A burocracia usou o tempo de defesa da tese para atacar as reivindicações do POR, a exemplo do salário mínimo vital como sendo uma reivindicação “extraterrestre” e responsabilizar a Oposição pela derrota da greve. Dessa forma, os burocratas fizeram uma clara defesa do salário mínimo de fome do governo Dilma. Demonstraram seu total reacionarismo diante de milhões de trabalhadores que vivem à mingua com o salário mínimo de R\$678,00, quando uma família de 4 pessoas para viver em condições elementares necessita de R\$4.000,00. Imperou a despolitização, mas uma parcela de pré-delegados se colocou no campo de luta contra as manobras dos burocratas dirigentes. Assim, a Corrente Proletária obteve 4 delegados; a Oposição Alternativa, 3 e a tese 6, 1. A oposição conseguiu 22% dos votos, rompendo o corte antidemocrático dos 20%. A divisão dos delegados entre as correntes de Oposição obedeceu à proporcionalidade direta.

A regional de **Cotia** tem direito a 9 delegados. O Encontro Preparatório foi marcado pela pouca participação dos professores da região de Cotia e Vargem Grande Paulista. De um total de 36 escolas, apenas 18 estiveram representadas, com 34 pré-delegados, sendo 8 da categoria “O” e 2 aposentados. Portanto, um número muito baixo para uma regional que está sob o controle de uma ala do PSOL (Escola na Luta). Infelizmente, a cooptação por meio da churrascada, como forma de atrelar os pré-delegados à tese 7, impediu que os professores (que participavam pela primeira vez) votassem a favor de uma política que realmente se opusesse à da burocracia e se colocasse pelas reais necessidades do professorado.

Três teses concorreram: Corrente Proletária (2), Bloco de Oposição (7) e uma tese apresentada na região por um professor que se diz anarquista, intitulada “Mudar o Sindicato pela Base”. Durante o debate, quem criticou as posições do POR não foi a burocracia governista, mas sim os representantes da tese 7. Entre suas críticas está a da escala móvel das horas de trabalho, dizendo que se tratava de reivindicações da década de 30, portanto ultrapassadas. Argumento utilizado para combater as reivindicações transitórias do Programa de Transição. O rechaço ao programa de reivindicações transitórias defendido pelo POR colocou o PSOL na defesa do capitalismo e da exploração do trabalho. A despolitização impediu que os poucos delegados presentes pudessem contrapor à política conciliadora e antimarxista do PSOL. Assim, a tese do Bloco obteve 6 delegados, a Corrente Proletária, 2 e o suposto anarquista, um.

Em **Franco da Rocha**, compareceram 170 pré-delegados,

com direito a 23 delegados. Houve uma palestra sobre as manifestações de junho, que antecedeu a exposição das teses. Foram apresentadas 5 teses: a Articulação, POR, PSOL, Oposição Alternativa (por meio da Conspiração Socialista) e tese 4. Um fato marcou o Encontro: a eleição de delegados por meio do voto secreto e em urna. Essa posição foi defendida pelo PSOL (tese do Bloco de Oposição), pelo PT (Articulação) e por um ex-militante do PSTU, defensor da tese 4. Contrapondo a essa posição, defendeu o POR e a Conspiração Socialista. O plenário se dividiu e com apenas um voto de diferença venceu o voto em urna. A Oposição Alternativa obteve 9 delegados, o PSOL, 7; o POR, 3; Articulação, 2 e a tese 4, 2. O voto em urna tirou o caráter de defesa e votação coletiva nas teses, acentuando a eleição de delegados desvinculados de posições políticas e individualizados. O voto direto em plenário expressa a democracia direta, fundamento esse da democracia operária. O voto em urna, ao contrário, expressa o voto indireto e formal, típico da democracia burguesa. Nessa disputa, é importante frisar a aliança do PSOL com o PT contra a democracia operária.

Na subsele de Itaquera, estiverem presentes 234 pré-delegados, com direito a 52 delegados. Foram defendidas as teses do Bloco (PSOL- Escola na Luta), da Oposição Alternativa (representada pela Conspiração Socialista), da Articulação, da Oposição Revolucionária (agrupamento antipartido) e da Corrente Proletária. Após a defesa das teses, houve a votação unificada das teses 2, 5 e 7 contra a tese 1. A Oposição Revolucionária não possuía pré-delegados. A Articulação teve 4 votos, portanto menos de 1%, ficando sem delegados. A divisão dos delegados de Oposição seguiu a proporcionalidade direta. Assim, a Conspiração Socialista, obteve 23 delegados, Escola na Luta, 24 e a Corrente Proletária, 4.

A Articulação procurou criticar o POR, acusando-o de “extremista” e de querer dirigir o sindicato com esse método. Não deixou de atacar a estratégia da ditadura do proletariado, maquiando a democracia burguesa, quando esta não é mais do que a ditadura de classe da burguesia, da minoria sobre a maioria. Enquanto a ditadura do proletariado expressa o poder da maioria explorada sobre a minoria exploradora.

O ataque à estratégia revolucionária do POR é significativa. Não se trata apenas de ignorância e obscurantismo dos petistas. No primeiro Congresso do PT, uma das resoluções foi a de banir a estratégia da ditadura do proletariado, confundindo-a como a ditadura burocrática estalinista. O PT teve de agir assim para poder se integrar no Estado burguês. O governo de Lula e, agora, o de Dilma são serviços da burguesia, o que quer dizer que exercem a ditadura de classe da burguesia. Não por acaso, Lula criou a Força Nacional de Segurança, que interveio nas greves de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte para esmagar a rebelião grevista. Ao contrário, o POR se colocou inteiramente pela derrota dos exploradores. Está aí a consequência prática que distingue os defensores da ditadura de classe da burguesia e o POR que defende a ditadura de classe do proletariado.

Na **Lapa**, participaram 217 pré-delegados, com direito a 49 delegados. A burocracia apresentou o recurso para aprovar as atas das escolas municipais. O recurso foi rejeitado pelo plenário. Houve a apresentação das seguintes teses: 1 (Articulação e PCdoB); 2 (Corrente Proletária); 5 (PSTU e agrupamentos da Oposição Alternativa); 7 (Bloco de Oposição – PSOL, FOS e

PCB); 9 (O Trabalho). A Corrente Proletária destacou as bandeiras de defesa de um único sistema de ensino, público e gratuito, vinculado à produção social, pela via da expropriação da rede privada; de luta pelo emprego e salário (salário mínimo vital, escala móvel de reajuste e das horas de trabalho, estabilidade); de combate à burocratização e estatização dos sindicatos (independência diante do Estado e dos partidos patronais e luta por uma única central sindical); de rechaço ao intervencionismo imperialista sobre as nações oprimidas e de oposição revolucionária ao governo Dilma pela via da defesa das reivindicações que unificam nas ruas os explorados. As teses 5 e 7 se concentraram na crítica à burocracia da Apeoesp e na exaltação dos movimentos ocorridos em junho. A corrente “O Trabalho” petista, que em outros momentos compareceu unificado à Articulação, desta vez procurou se distanciar e restringiu aos movimentos de junho e à defesa da reforma política. Nota-se que o distanciamento refletiu que “O Trabalho” é mais petista e governista que a própria Articulação. A defesa da reforma política expressa as manobras dos governistas. A Articulação e o PCdoB (tese 1) procuraram falsificar os resultados negativos da greve, defenderam os governos petistas (Dilma e Haddad) e se valeram de críticas infundadas para se contrapor à direção da subsede, que é de oposição. Não houve debate, em função da votação das teses. Cada corrente falou o que quis e ignorou o que a outra defende. O único embate se deu em torno da burocratização do sindicato, que uniu toda a Oposição, embora ela mesma seja composta de correntes típicas do burocratismo centrista.

O resultado: tese do Bloco, 18 delegados; tese do PSTU, 14; tese da Articulação, 10; tese da Corrente Proletária, 7. A tese do “O Trabalho” não elegeu delegados.

O PCO se une à Articulação

A particularidade do Encontro na regional Sudeste-Centro se destaca pelo fato do PCO se unir à Articulação contra a Oposição, constituída pelo POR e PSTU.

No Encontro para a eleição de delegados para a Conferência de Educação do ano passado, PCO esteve com a Oposição, que assim conseguiu romper o critério antidemocrático dos 20%. A Oposição, nessa região, tem feito um débil trabalho de base. Certamente, estamos reconhecendo nossa própria fraqueza. A burocracia, por sua vez, é truculenta. Controla a regional como se fosse a sua propriedade. A debilidade da Oposição facilita o manejo ditatorial da Articulação. Tanto nas eleições para a direção regional, quanto nas eleições para os Congressos e Conferências, ressurge o conflito em torno do burocratismo autoritário. A Oposição com todas suas diferenças necessariamente tem de se unir em um trabalho frentista para derrotar essa burocracia regional, como parte da luta contra a direção estadual do sindicato.

Romper a unidade oposicionista, tanto nas eleições para a direção quanto para os Congressos, constitui um crime político. Há um aspecto fundamental defendido pelo POR como base da unidade oposicionista, que é a democracia sindical e o método da ação direta. O que o PCO fez foi romper com esse fundamento. Renunciou a luta contra a Articulação para fortalecê-la ainda mais contra a Oposição.

A militância revolucionária, os ativistas sindicais antiburocráticos e os trabalhadores devem rechaçar a conduta venal e oportunista de PCO. Dizemos venal porque de fato PCO se ven-

deu ao preço de obter como ação de graça 7 delegados, quando não tinha força para obter sequer 1 delegado. Fez um acordo antecipado com a burocracia autoritária para romper a unidade da Oposição, sob o compromisso de obter 7 delegados. É oportunista porque acobertou sua corrupção política com a máscara de que se tratava de uma união no campo cutista contra o campo da CSP-Conlutas. Não estava em questão a cisão promovida pelo PSTU, que deu origem à Conlutas. Cisão essa que o POR combateu e combate firmemente. Não só a do PSTU como a do PCdoB, que formou a CTB. A posição desavergonhada do PCO de se valer da “unidade cutista” desconhece que o PCdoB está unido à Articulação na eleição de delegados para o Congresso na maioria das regionais.

É preciso ter claro que não se pode desvincular a eleição de uma regional do sindicato do processo geral que finalmente configurará a representação no Congresso. Está aí porque o POR estabeleceu a inconfundível linha de delegados próprios onde não se impõe o corte de 20%. E unificar-se com a Oposição nas regionais em que se impõe os 20% e que a Oposição fique impossibilitada de representação. Na regional de Itaquera, os militantes do POR não respeitaram essa decisão, fazendo uma unidade com a Conspiração Socialista e Escola na Luta na divisão dos delegados. Mesmo assim a tese da Corrente Proletária foi defendida de forma que o partido compareceu com fisionomia própria.

Jamais o POR se unirá à burocracia petista, autoritária e venal nas disputas internas dos sindicatos contra a Oposição que conserva traços classistas. Essa corrente política expressa o estatismo, a conciliação de classes e a destruição da democracia operária nos sindicatos. Ressaltamos que por mais diferenças que a burocracia que dirige a Apeoesp tenha em relação a outras frações da burocracia petista (Articulação) constitui uma única e poderosa política de adaptação dos sindicatos à exploração do trabalho.

O oportunismo do PCO em juntar sua tese com a da Articulação sob o título de “unidade cutista” o colocou na condição de estúpidos serviçais. A megalomania do PCO arrochou o nó corrediço em sua garganta. Em sua tese, deixou de utilizar o exíguo espaço concedido pela burocracia para as correntes de Oposição exporem suas posições para apresentar uma lista de 500 professores, catados a laços nas escolas e que não têm a mínima noção do que está em disputa no Congresso. Esses assinantes não sabem e não ficarão sabendo que PCO usou seus nomes para se unir com a Articulação na região Sudeste. Caso esses 500 “aderentes” à tese de PCO fossem ativos, esses oportunistas que falam em nome do trotskismo não precisariam se vender em troca de 7 delegados. A tese do PCO não faz jus ao seu nome “*Chega de traições e derrotas – Unificar a categoria e a oposição contra a ditadura da burocracia para retomar a Apeoesp para os professores e impulsionar a luta pela conquista de nossas reivindicações*”.

A Oposição foi impedida de ter a representação por essa regional graças à negociata do PCO com a Articulação. Mas a Oposição tem tudo para se fortalecer no terreno da luta contra a burocracia, pela independência do sindicato diante do Estado e pela democracia operária.

As tarefas

Como vimos, o Congresso é manipulado. A burocracia (PT e

PCdoB) imporá sua política e eliminará mais alguns resquícios da democracia sindical. Os setores majoritários da Oposição, PSTU e PSOL, não comparecem com um plano de luta assentado nas reais reivindicações da classe e no método da ação direta. O radicalismo das palavras acaba escondendo as diferenças apenas de graus com a tese da burocracia, particularmente no que se refere à educação (defesa do Plano de Carreira, concurso classificatório, etc.) . A Corrente Proletária tem pouca penetração nas escolas, o que dificultou a eleição de delegados. Precisou de um enorme esforço para que suas posições tivessem representação no Congresso.

As tarefas não se restringirão ao Congresso de novembro. Implicam a luta por penetrar as ideias proletárias no seio de uma classe pequeno burguesa. Uma parte do professorado está descrente com o sindicato e, por isso, não se coloca pelo combate à sua direção. Outra parcela permanece alheia em razão do embrutecimento pela estafante jornada de trabalho e pelas condições precárias de ensino. E uma minoria foi enfeitiçada pelo discurso governamental do reajuste por “mérito”, “das bonificações” e outras falácias da educação capitalista. Embora o professorado esteja esmagado pelas condições de trabalho e

pelo empobrecimento, como camada de classe média se encontra adaptada ao capitalismo e é permeável à política burguesa pseudo-reformista. No entanto, onde se realiza o trabalho sistemático de penetração do programa marxista para a educação e de defesa das reivindicações que de fato defendem a vida geral dos explorados se verifica uma transformação na consciência política. Os retrocessos políticos do professorado, que permitiram o fortalecimento da burocracia sindical dirigente, por sua vez estão em contradição com as gigantescas lutas contra as medidas governamentais.

Hoje, a Apeoesp com mais de 150 mil filiados, que poderia ser um força coletiva contra os ataques dos governos à educação pública, é um organismo para servir aos interesses da política burguesa do PT e de seus aliados, como os estalinistas do PCdoB. Para quebrar essa amarra que amordaça o sindicato, é preciso uma política revolucionária e não de blocos circunstanciais para disputas aparelhistas. Necessita de um programa classista de combate à estatização e burocratização, de defesa da independência diante dos governos, de luta pelas reivindicações vitais e unidade dos explorados contra o capitalismo e pelo socialismo.

Realizado 2º ato/plenária do Comitê Estadual contra a Repressão em S. Paulo

No dia 15/08, um ato com cerca de 300 manifestantes percorreu as ruas do centro de São Paulo e concluiu com uma plenária que aprovou a constituição de um Comitê Estadual contra a Repressão. Esse comitê se reuniu no dia 12/09, e realizou novo ato/plenária em 19/09. Terá uma nova reunião no dia 03/10, na Avenida Paulista (MASP).

No dia 25/09, manifestações contra a repressão ocorreram também no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

A organização de um movimento geral, que se articule nacionalmente, é uma necessidade da situação. A ofensiva repressiva recai sobre os movimentos sociais, por meio de assassinatos, ataques policiais, prisões, processos e sindicâncias.

Os capitalistas e seus governos organizam a fraude jurídica de transformar as vítimas da repressão em réus. O movimento coletivo de luta nas ruas pelas reivindicações é taxado de atitudes individuais a serem coibidas e punidas pela justiça e polícia. O direito elementar de se mobilizar pelas reivindicações é atacado.

A resposta dos movimentos tem de ser coletiva, política e mesmo jurídica. A condenação de cada lutador é uma peça que serve à ofensiva repressiva para atacar os demais movimentos. A derrota dos processos serve às lutas de todos.

O movimento de junho, em que as massas impuseram sua soberania nas ruas, trouxe mudanças na situação política. A brutal repressão aplicada contra o movimento contra o aumento da passagem em 13 de junho, ao invés de derrotar a mobilização, projetou a luta massiva de centenas de milhares nas ruas. Os governos entenderam que era preciso mudar a forma da repressão, adaptando-a à nova situação. Novas leis foram criadas, e os ataques aos movimentos foram mais seletivos. A repressão continuou, mudando de forma.

Os juízes passaram a agir de acordo com a nova situação: na USP, o juiz responsável recusou a denúncia criminal que poderia levar os estudantes à prisão de 8 anos (o Ministério Público recorreu, com menos acusações e reivindicando pena mais branda); na Unifesp, o juiz mandou o M.P. oferecer a pena branda da Transação Penal; mais uma

eliminação da USP foi revertida. Nas ruas, manifestações de algumas dezenas foram capazes de fechar avenidas sem enfrentar a brutalidade repressiva da Tropa de Choque.

Nesse quadro, várias correntes passaram a negligenciar a luta contra a repressão.

A defesa da organização da luta contra a repressão, procurando ligá-la à defesa das reivindicações e métodos de luta e com conteúdo de defesa do direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações, tem se traduzido na construção dos organismos de defesa política e jurídica dos processados. A participação tem sido principalmente da juventude universitária, que tem sofrido inúmeros ataques, mas tende a ser assumida de forma mais geral.

Manter essas frentes de luta nas ruas, ligando-as às mobilizações, permite construí-las como referência para as mobilizações. Sob ataques repressivos, os oprimidos irão ao seu encontro e vão fortalecê-las, dando-lhes caráter mais geral. Diante das tendências da crise, que levarão ao acirramento da luta de classes, a defesa da luta contra a repressão permite criar melhores condições para os movimentos enfrentarem o autoritarismo repressivo dos governos e capitalistas.

O método de construção desses organismos e de suas mobilizações por meio da mais ampla democracia operária, inclusive com plenárias abertas durante e ao final das manifestações, coloca a possibilidade de todos os participantes atuarem defendendo suas propostas e decidindo coletivamente os rumos do movimento, rompendo com a forma impositiva que coloca as decisões numa cúpula que decide à margem da maioria.

O fato de movimentos já procurarem o Comitê em busca de articulação para defesa contra ataques repressivos indica o caminho que vai levar ao fortalecimento da ação frentista de luta contra a tendência repressiva da burguesia e seus governos.

Toda força à organização da luta contra a repressão! Construir o Comitê em cada estado! Articular um comitê nacional! Derrotar a ofensiva repressiva pela luta de massa nas ruas!

Paraná: A pretexto de conceder autonomia, governo Beto Richa prepara o ataque às universidades

Recentemente, o governador do Estado do Paraná Beto Richa (PSDB) resolveu criar um grupo de trabalho para estudar uma proposta de autonomia das universidades paranaenses. Isso ocorreu no mesmo dia em que os reitores das universidades do Paraná levaram o reitor da UNESP para fazer uma exposição da experiência das universidades paulistas com a chamada autonomia, concedida mediante decreto desde o governo Orestes Quércia.

O que as paulistas chamam de “autonomia” é a destinação de 9,57% do ICMS para ser distribuído entre as três universidades paulistas. Este recurso é repassado mediante decreto estadual, renovado a cada ano de acordo com a vontade do governo e da assembleia. Não inibe a atribuição do governador nomear as reitorias ou criar inúmeros mecanismos de ingerência na vida acadêmica, administrativa e política das universidades. A alta cúpula da burocracia universitária (reitores, pró-reitores e conselhos superiores) ganham “autonomia” para administrar os recursos que lhes caem nas mãos em troca de fazer o jogo do governo do estado.

Os reitores das principais universidades paranaenses ficaram evidentemente animados, pois já imaginam o que farão com os recursos de que poderão finalmente dispor ao seu capricho. Brilham-lhes os olhos com a perspectiva das politicagens carreiristas que poderão implementar com essa “autonomia”. Ademais, ao se espelharem no modelo das paulistas, sonham com o que poderão ganhar colocando-se como serviçais para agradar ao governador que estiver no cargo. Os reitores das universidades menores não ficaram tão contentes assim, pois, calculam que na divisão do bolo, pouco sobrá para eles.

Esta iniciativa do governo ocorre no meio de uma crise que se alastra desde começo do ano quando o governador determinou que toda a gestão financeira da máquina do estado passasse pela administração de um conselho de secretários centralizado em Curitiba, incluindo nesse rol as universidades. Depois vieram outros decretos restringindo mais ainda a gestão escassamente autônoma delas. Ademais, durante essa crise, os secretários do governo têm jogado a culpa das dificuldades financeiras do estado sobre as universidades, afirmando que se não tivesse que bancar sete universidades, as finanças do Paraná estariam perfeitas, concluindo, invariavelmente, pela defesa da federalização das IIEES.

Por tudo isso, a proposta certamente não foi inspirada num repentino surto autonomista do governador, mas no cálculo que é preferível destinar um montante determinado [mínimo] e deixar que as universidades se engalfinhem para dividir essas migalhas, transferindo ao mesmo tempo o custo das negociações salariais e trabalhistas aos reitores que assumiriam, daqui pra frente, o papel do patrão. E foi isso que o governador enxergou na apresentação do reitor da UNESP.

Não seria a primeira tentativa. Anteriormente, o governo de Jaime Lerner (1995-2002) já havia tentado empurrar uma “autonomia” parecida. De acordo com aquela proposta, o estado assumiria a folha de pagamento e as universidades ficariam livres para captar no mercado mediante venda de serviços e

até cobrança de mensalidades o resto dos recursos que precisassem. A greve que durou seis meses nas universidades do Paraná enterrou aquela iniciativa.

Hoje, entretanto, o movimento docente e estudantil estão apáticos e desarmados diante desta ofensiva. As seções sindicais do ANDES resistem a encampar a defesa da universidade limitando-se a levantar bandeiras pontuais corporativas. No movimento estudantil, os setores da UJS e do PT celebram este tipo de propostas como “conquistas”, pois na perspectiva de colaboração de classe em que estão não enxergam nenhuma contradição. Os grupos que orbitam a ANEL se rebaixam a postular limitadas reivindicações desconexas de qualquer perspectiva política geral.

Evidencia-se, em suma, uma grave crise de direção. As correntes abandonaram qualquer esforço de construção programática e intervêm no movimento estudantil e docente movidos apenas pelo apetite eleitoral. As bandeiras e reivindicações de uns e outros se confundem pois se subordinam apenas ao esforço de caçar votos, prometendo qualquer coisa.

Nessas condições se perde de vista que em torno à autonomia universitária se livra uma luta política de grande importância. Pois se trata de uma bandeira democrática (burguesa) que a burguesia brasileira nunca defendeu, atrelada que esteve desde sua gestação ao imperialismo, e só aprofundou seu servilismo colonialista no período republicano. A emancipação da universidade da ingerência do Estado e do clero é uma condição para o livre desenvolvimento da ciência, da cultura e do debate político. Esta liberdade é uma necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Entretanto, a burguesia nacional renunciou há muito a qualquer desenvolvimento autônomo, o que se expressou numa declaração do então ministro de “educação” de FHC, Paulo Renato, ex-reitor da UNICAMP que afirmou quando questionado sobre a ciência nacional que “não há necessidade de produzir ciência no Brasil, basta comprar a que se produz fora”.

Daí que levantar a defesa da autonomia universitária hoje só é possível da perspectiva do proletariado. Mas o proletariado não a defende enquanto uma reforma possível nos marcos do capitalismo atrasado e decadente, mas como uma bandeira transitória que tem a finalidade de mostrar que a transformação da universidade num espaço do conhecimento e do livre debate é impossível sob o capitalismo, ou seja, que exige a revolução proletária. Esta é a razão pela qual as correntes corrompidas pelo estalinismo e pelo centrismo não conseguem formular uma luta consequente pela autonomia, pois refletem a perspectiva da burguesia e da pequena-burguesia apenas.

Para enfrentar o engodo “autonomista” do governo Richa é necessário denunciar que se trata de uma manobra para empurrar mais ainda as universidades na privatização sem deixar de reforçar a ingerência estatal (federal e estadual) em troca de migalhas, como os espelhinhos que os conquistadores davam aos índios em troca de suas riquezas.

Rondônia

Opressão sobre os Cinta Larga

Ocorreu, no mês de agosto, o primeiro julgamento popular da justiça federal, na cidade de Ji-paraná. Tinha no banco dos réus um índio Cinta Larga e duas outras pessoas. São acusados de tentativa de homicídio de um advogado, em 2007. Data dos conflitos na aldeia dos Cinta Larga com o garimpo de diamantes.

Os delatores acusam os Cinta Larga de assassinar o presidente da OAB de Cacoal. Ao contrário, dessa versão, o advogado estava empenhado em esclarecer a inocência do índio. Não havia nenhuma razão para que tal crime fosse cometido pelos Cinta Larga. O fato é que se trata de uma brutal perseguição. Algum tempo depois, foi descoberto que a morte do advogado da OAB foi encomendada por sua esposa. Mesmo assim, esta importante liderança permaneceu semanas trancafiada e, o que é mais grave, em vários desses dias, a prisão foi mantida mesmo com a ordem judicial de soltura.

Isso não é novidade. Lembremos o caso da prisão de uma importante liderança indígena, acusada do crime de posse de alguns cartuchos de espingarda de caça. Os próprios índios já haviam recolhido o valor da fiança através de campanha para libertar o companheiro, mas o alvará de soltura não foi concedido e ficou preso por mais de quatro anos.

A questão de fundo – penetração capitalista na Amazônia

Em Rondônia, as riquezas das florestas têm sido destruídas em decorrência dos empreendimentos capitalistas. Os índios estão obrigados a viver de bolsas de assistência para não morrer de fome. Denúncias são feitas na imprensa local, como “os índios estão sentados numa mina bilionária de diamantes, na região de Espigão do Oeste, nossos índios, em sua maioria, vivem mal, passam fome, adoecem, não têm acesso à escola digna e ainda são explorados por contrabandistas, que levam nossas riquezas sob as barbas do governo. Elas enriquecem os estrangeiros, mas não podem ser usadas para beneficiar e salvar os verdadeiros donos da terra”. Mas, não passam de denúncias.

As propostas para solucionar os problemas indígenas são impostas pelos países imperialistas, vindas da Eco-92 e Rio+20. São propostas de quem quer tomar posse do espaço amazônico e precisa dele despovoado.

O governador de Rondônia, Confúcio Moura/PMDB, em uma reunião referiu-se a experiência do povo do Suruí, como uma via para resolver o problema dos Cinta Larga. Relatou sobre o acordo da Secretaria de Meio Ambiente (Sedam) com potências imperialistas que resultou em “um inventário do crédito de carbono em suas florestas, a fim de comercialização futura deste crédito em benefício da comunidade”.

Vejamos qual é o resultado do “crédito de carbono”. Em determinadas propriedades de Rondônia, existem árvores que são etiquetadas com placas da Inglaterra. Nenhum brasileiro poderá cortá-las. Passam a ser propriedades dos países que as “compraram” com o “crédito do carbono”.

Só para se ter uma ideia desta transação, a região Amazônica é cobiçada pelo capital imperialista. Eis o histórico:

1) Em 1983, Margaret Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra, afirmou: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”;

2) Em 1989, o Grupo dos Cem, reunido na cidade do México, concluiu: “Só a internacionalização pode salvar a Amazônia”;

3) Em 1989, Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos, admitiu: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. François Mitterrand, presidente da França, pronunciou: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”;

4) Em 1990, o Congresso de ecologistas alemães, em Berlim, destacou: “A Amazônia deve ser intocável, pois se constitui no banco de reservas florestais da humanidade.”;

5) Em 1992, o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, em Genebra, declarou: “A Amazônia é patrimônio da humanidade”. Assim, a posse do imenso território do Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador é meramente circunstancial;

6) Em 1992, Mikhail Gorbachev, chefe do governo soviético, disse: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”;

7) Em 1992, John Major, primeiro-ministro da Inglaterra, pronunciou: “As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início à fase operacional, que pode definitivamente levar intervenções militares diretas sobre a região”;

8) Em 1995, Warren Christopher, Secretário de Defesa dos Estados Unidos, referiu-se: “A liderança dos Estados Unidos exige que apoiemos a diplomacia com a ameaça da força”.

9) No ano 2000, George W. Bush afirmou: “Os países em desenvolvimento com imensas dívidas externas devem pagá-las em terras, em riquezas. Vendam suas florestas tropicais”.

Conclusões

Os indígenas das florestas amazônicas estão sob tremendas pressões, de um lado, dos fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e extrativistas, de outro, dos agentes do imperialismo, que procuram cooptá-los por meio dos missionários e ONGs. Está claro que não têm como resistir isoladamente. Como nacionalidades históricas, no entanto, estão obrigadas a lutar, se não quiserem desaparecer definitivamente sob o látex da opressão capitalista.

O problema da Amazônia é um dos flancos mais sensíveis do Brasil semicolonial. A sua gigantesca riqueza natural torna-se cada vez mais motivo de disputa imperialista. A burguesia brasileira e seus governos são incapazes de defender a Amazônia da penetração do capital imperialista. O chamado mercado do carbono – uma criação do ecologismo imperialista – é apenas um meio para as potências cercearem a soberania do Brasil sobre essa imensa parte do território nacional.

O proletariado, no entanto, pode, deve e o fará se levantar em defesa da Amazônia como parte da tarefa de independência nacional. A Amazônia deve ser inteiramente nacionalizada, os indígenas e os camponeses pobres devem utilizá-la segundo um plano econômico centralizado. O que implica a luta geral de ruptura com o imperialismo e derrocada da burguesia brasileira, por meio da revolução proletária. O futuro da Amazônia e dos povos indígenas depende da revolução proletária. Não há outra via.

Nesta edição:

- Bolívia: Tentam processar os professores trotskistas
- Cristina Kirchner confessou um dos maiores atos de submissão e entrega ao capital financeiro
- 40 anos do golpe fascista de Pinochet
- Quênia: ataque ao Centro Comercial Westgate
- No Egito houve uma revolução popular?

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia: Federação Departamental de Trabalhadores da Educação Urbana de La Paz – Comunicado à Imprensa

Tentam processar os professores trotskistas

Em um ato inesperado, o Conselho Nacional de Disciplina Sindical do magistério urbano tentou instalar, no sábado de 21 de setembro, um “processo sindical” contra os principais dirigentes de La Paz, mas que suspendeu devido à presença dos meios de comunicação, além de professores de base.

A dirigente da Federação dos Professores Urbanos de La Paz, Vilma Plata, disse que se trata de um processo político imposto pelo Tribunal de Disciplina Nacional, que é o “braço operacional repressivo da Confederação dos Professores da Bolívia e do Governo”. A direção trotskista seria processada tão somente por acatar decisões de Assembleias e Conselhos Consultivos dos professores de base, como exemplo, a devolução de uma parte do dinheiro que lhes foi descontada do magistério porque acatou a paralisação do setor em defesa de uma melhor aposentadoria e, além disso, por ter se oposto à avaliação comunitária. Ambas foram decisões do Conselho Consultivo, em resumo, é um processo por enfrentar o Governo e a Confederação de Professores urbanos e defender as necessidades dos trabalhadores de base.

A Federação dos Professores Urbanos de La Paz denunciou, na coletiva de imprensa, que os representantes do tribunal de disciplina, instituição que tem sua sede na cidade de Sucre, chegaram à sede do magistério pacenho por volta das 8:30 horas, para iniciar o mencionado processo sindical contra toda a equipe de dirigentes encabeçada por José Luis Álvarez, Luis Copeticona, Samuel Amoraga, René Pardo, entre outros.

Vilma Plata denunciou que o mencionado tribunal de disciplina é o “braço operacional repressivo” da Confederação dos Professores Urbanos, que por sua vez co-governa com o Movimento ao Socialismo (MAS), que tem suas cotas de poder no Ministério da Educação. O Tribunal de Disciplina Nacional recebe 3% das contribuições do magistério nacional para atuar como o Tribunal da inquisição contra as bases que os subvencionam economicamente e não prestam contas em nenhum lugar. Nesse sentido, disse que é um processo sindical político orientado a extirpar as ideias trotskistas do campo sindical, com vistas às próximas eleições do setor, que ocorrerão no próximo ano. Assinalou que o Governo quer anular a equipe de dirigentes para aplai-

nar o processo eleitoral e, desta forma, assaltar a Federação Departamental de Trabalhadores de Educação Urbana de La Paz. “Os argumentos para processar sindicalmente os dirigentes são, por tudo e por nada, e que, utilizando-se de todo tipo de acusação, mostram o desespero em eliminar a equipe de dirigentes”.

Os representantes do tribunal de disciplina se instalaram no salão da Casa Social dos Professores, mas, ao perceberem a presença dos jornalistas e professores de base, suspenderam de maneira intempestiva a seção, sob o argumento de que o processo não pode ser público e, portanto, não pode nele presente a imprensa e nem as bases. “Saíram correndo como ratos da Casa Social dos Professores, nem sequer quiseram responder as perguntas dos jornalistas”, disse Vilma Plata.

A Federação dos Professores de La Paz exigirá que o processo seja público, para mostrar o caráter reacionário dos dirigentes nacionais e do Governo. Além disso, mobilizará o magistério pacenho para estar presente em todas as audiências. Além disso, convocou para 24 de setembro uma Assembleia de emergência, a partir das 19 horas, para que “as bases tomem medidas de pressão em defesa da sua Federação e de seus dirigentes”.

Além disso, a dirigente Vilma Plata denunciou que o Tribunal de Disciplina Nacional encobre o dirigente Jorge Baldivezo, membro da Confederação que continua na função de dirigente, declarado em comissão, apesar de que no último Congresso de San Ignacio de Velasco, realizado em janeiro de 2013, recebeu uma sentença de 10 anos e não pode exercer funções públicas em nome do magistério e muito menos ter a representação do magistério na Central Operário Boliviana.

Chamamos todas as Federações do interior do país a defender seus filiados dos abusos e prepotência do Tribunal de Disciplina Nacional, hoje convertido no açoite que faz gemer os professores de base.

Este Tribunal de Disciplina Nacional não tem nenhuma autoridade moral para levar adiante os processos sindicais já que no último Congresso Nacional de San Ignacio de Velasco foi totalmente repudiado pelos delegados congressuais.

La Paz, 21 de setembro de 2013

A direção

Argentina

Cristina Kirchner confessou um dos maiores atos de submissão e entrega ao capital financeiro

No seu discurso, em rede nacional do dia 27 de agosto, anunciando a reabertura da renegociação da dívida, a Presidente queixou-se de uma notícia publicada no jornal Financial Times, *“que nos condena dizendo que a Argentina é um devedor recalcitrante”*.

Depois acrescentou que *“nosso governo é pagador regular, mas, não devedor regular porque a dívida em moratória foi feita por outras administrações”*.

Cristina Kirchner disse que *“Argentina pagou entre 2005 e 2012 a quantia de 173 bilhões de dólares”*, cumprindo as obrigações assumidas. Desse total, 44,04 bilhões de dólares corresponderam ao setor público, enquanto que 81,48 bilhões *“pagamos ao setor privado, estrangeiro e nacional proprietário dos títulos”*. O restante, estimado em mais de 51 bilhões de dólares, foi pago aos organismos multilaterais.

“Podemos dizer que mais do que devedores recalcitrantes, somos pagadores regulares, com um adendo: o fizemos com recursos genuínos, com recursos que conseguimos da administração do comércio e recursos do Estado sem recorrer ao mercado de capitais”.

Enfatizou ainda que *“queremos demonstrar a profunda vocação de honrar os compromissos que tem a República Argentina”*. Confirmou, também, que no dia 12 de setembro *“vamos pagar por outro título, que é o Bonar VII, algo em torno de 2 bilhões de dólares”*.

Cristina Kirchner enfatizou que *“a certeza e segurança jurídica não decorrem só da nossa convicção quanto a honrar as obrigações que a Argentina como Estado se comprometeu, embora as dívidas não tenham sido geradas pelo nosso governo”*.

A única verdade é a realidade (Aristóteles). Deixando de lado todos os discursos contra o FMI, contra o Banco Mundial, contra a especulação financeira e resgate dos bancos, o que importa é a realidade que confessou a presidente. **Pagaram-se 173 bilhões de dólares ao capital financeiro.** Nunca na história se pagou uma quantia semelhante. Se os governos que endividaram brutalmente o país são uns miseráveis entreguistas, o que se pode dizer do governo que paga pontualmente essa dívida? Sabendo, como todos sabem, que a dívida era e é fraudulenta e que já foi paga muitas vezes!

O pagamento da dívida fraudulenta foi e é o eixo do modelo de governo, de sua política. Os recursos genuínos utilizados são gigantescos. Equivalem a 140 vezes o capital que integralizou Chevron para explorar Vaca Morta (O pré-sal argentino). Com um terço dessa quantia, poderia se resolver todo o déficit habitacional.

O governo kirchnerista **ficará na história** por ter transferido à agiotagem internacional grande parte da riqueza produzida, às custas de sacrificar obras imprescindíveis, não pagar aos aposentados o que lhes é devido e manter a assistência médica em condições precárias. O grau de entrega dos governos kirchneristas ao capital financeiro é igual ao do Menem, que privatizou empresas e recursos – e também pagou a dívida externa –, ou da ditadura militar. Ao FMI, a quem se responsabilizou pelo endividamento-esvaziamento do país, pagou-se a vista até o último centavo do que se havia registrado como dívida. Tudo em nome do desendividamento. Nem com todas as privatizações, nem com gigantescos pagamentos em dinheiro, o governo conseguiu cancelar a dívida externa que continua crescendo e que leva a cada ano uma parte substancial dos recursos argentinos.

O governo está disposto a continuar sangrando os recursos do país. Abre a renegociação da dívida para o ingresso dos abutres, para pagar a eles, não o que reclamam nos tribunais de Nova Iorque, mas o mesmo que cobraram os credores que se beneficiaram anteriormente da renegociação da dívida. Negocia também com multinacionais abutres que processaram o país no Tribunal Internacional (CIADI) pelo pagamento das indenizações que reclamam da Argentina.

Os governos burgueses, militares e civis, que antecederam os Kirchners, geraram uma dívida externa monumental, impagável que levou à declaração de moratória da Argentina em dezembro de 2001. Esse endividamento foi estimulado pelos organismos internacionais e os maiores bancos. Mas também foi estimulado por bancos e grandes empresas da Argentina que participavam das negociatas. Grande parte desses supostos empréstimos nunca ingressou no país, destinavam-se a refinar dívidas anteriores e à fuga de capitais. Calcula-se que exista mais de 200 bilhões de dólares de argentinos no exterior.

O governo que se autoproclama nacional e popular contribuiu para legitimar toda a dívida externa fraudulenta ao trocar títulos da dívida questionados por títulos novos entregues pelo governo. Um decisão soberana teria sido desconhecer toda a dívida e investigar sua origem. O Juiz Ballesteros proferiu sentença em 2000, determinando a ilegalidade da dívida externa no processo iniciado em abril de 1982 por Alejandro Olmos contra o Ministro de economia da ditadura José Alfredo Martínez de Hoz (detectou 477 operações irregulares). A sentença foi encaminhada ao Congresso da Nação para se pronunciar sobre os numerosos delitos e fraudes envolvidos na dívida externa. O Congresso se omitiu e não se pronunciou sobre a sentença. Muitos estudos, inclusive de economistas vinculados ao governo, demonstram quais foram os grupos de capitalistas que realizaram as manobras com a dívida e dela se beneficiaram.

O imperialismo saqueou e continua saqueando o país por meio da dívida externa. E a utilizou para extorquir e pressionar os governos, impondo leis e decisões a seu favor.

O governo de Cristina Kirchner acelera os acordos com o Tribunal Internacional (CIADI), reabre a renegociação da dívida, promete implementar um novo índice de preços para cumprir exigências do FMI, com a finalidade de voltar a se endividar num futuro próximo, para pegar mais dinheiro junto aos organismos e aos grandes bancos diante da certeza que se acabaram os recursos genuínos para continuar honrando a dívida como vinha fazendo até agora. A burguesia responsável pelo endividamento pressiona o governo para que cumpra com todas as exigências do imperialismo e crie as condições para se endividar junto ao mercado internacional.

- Uma decisão soberana é: Não pagar e desconhecer toda a dívida externa;
- Rechaçar toda forma de novo endividamento externo, desconhecer o CIADI e todas suas decisões;
- Investigar todos os bancos e grupos econômicos que se beneficiaram com a dívida e obrigá-los a pagar com seu patrimônio, recuperando assim parte do que expropriaram do patrimônio nacional;
- Investigar todos os funcionários que contraíram as dívidas e assinaram refinanciamentos fraudulentos.

40 anos do golpe fascista de Pinochet

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se manifesta nestes 40 anos da derrubada do governo de Salvador Allende publicando um balanço dos acontecimentos e, fundamentalmente, uma crítica programática à Frente Popular constituída pelo Partido Comunista do Chile e o Partido Socialista. Reproduzimos no jornal Massas 462 o manifesto.

O golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet teve profunda repercussão na América Latina e no mundo. Expressou a aberta conspiração dos Estados Unidos com setores da burguesia chilena e com o Comando das Forças Armadas. Novos documentos acabam de ser revelados, nos Estados Unidos, sobre suas implicações e responsabilidade na destruição do governo da UP, no assassinato do presidente da República nas dependências do Palácio La Moneda e na matança de milhares de militantes, ativistas, sindicalistas e partidários do governo. Certamente, nada que não seja conhecido. Mas reforçam a responsabilização do imperialismo.

O Conselheiro de Segurança Nacional Henry Kissinger, segundo as informações, convenceu o presidente Richard Nixon a derrubar Allende. A CIA preparou uma campanha para sufocar a administração da UP e criar as condições políticas para desfechar um golpe certo. Dizem os documentos obtidos pelo National Security Archives que havia um setor do governo norte-americano que pretendia estabelecer uma relação de convivência com Allende e que foi vencida por Kissinger.

Na matéria do O Estado de São Paulo, nos deparamos com a seguinte transcrição: “O Departamento de Estado é feito de pessoas que têm vocação para a pregação. Como não há igrejas suficientes para eles, eles vêm ao Departamento de Estado”. A irônica apreciação de Kissinger dos funcionários que pretendiam controlar Allende pela aproximação expõe o realismo das forças capitalistas imperialistas. A UP tinha de ser eliminada pela via do golpe fascista. A CIA já havia adestrado os generais direitistas, organizado as fileiras da burguesia e conseguido que a classe média apoiasse a violência contrarrevolucionária.

É claro que a derrubada de um governo não se faz simplesmente por uma conspiração de uma organização secreta (a CIA). Vimos que o golpe somente foi possível depois de dois anos e oito meses de governo da UP. Passou por um processo interno e externo de internacionalização da crise política. Os Estados Unidos envolveram outros governos latino-america-

nos com a operação. Em uma série de reportagem, o jornal O Estado de São Paulo demonstrou o amplo envolvimento da ditadura brasileira, chefiada pelo general Emílio Garrastazu Médici, com o golpe.

Não por acaso, imediatamente o carrasco brasileiro reconheceu o governo fascista de Pinochet. Empresários brasileiros se organizaram para enviar recursos à direita opositora. Baseada em documentação, a matéria revela que o político de direita e ex-presidente Jorge Alessandri foi procurado por um militar brasileiro para oferecer armas e apoio para organizar uma resistência armada. Isso logo no início do governo da UP.

O embaixador brasileiro, Antônio Cândido da Câmara Santo, serviu aos planos do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) de desestabilizar Allende e dar retaguarda aos golpistas. A derubada da UP seria o prolongamento da limpeza anticomunista na América Latina. O golpe de 1964, no Brasil, foi amparado por esse argumento, embora não havia condição de uma revolução e o governo de João Goulart não ia além do débil e esgotado nacionalismo burguês. O Chile abrigava 5 mil exilados brasileiros, resguardados pela UP. Tratava-se de um motivo a mais para a ditadura de Médici trabalhar nos bastidores da contrarrevolução, articulados pelos Estados Unidos. Como se vê, o golpe fascista foi internacionalizado, chefiado pelo imperialismo norte-americano e acrescido de países como o Brasil.

A matéria “O Brasil de Pinochet”, do O Estado de São Paulo, de 1º de setembro, traz uma importante conclusão: “Uma das revelações mais impressionantes dos documentos chilenos é que, logo após chegar ao poder, Allende recebeu informações precisas sobre as atividades da ditadura brasileira contra o Chile, incluindo planos para derrubá-lo à força”.

É bem possível que assim tenha acontecido. O Partido Comunista e o Partido Socialista estavam anestesiados pela política estalinista da “via pacífica” das transformações e amarrados pela Frente Popular de conciliação de classes. Não havia como mudar essa linha, mesmo vendo que a reação preparava o golpe fascista. Allende morreu como um carneiro nas mãos dos carniceiros.

A principal lição dessa dura experiência suportada pelos explorados está em reconhecer que a “via pacífica” e a frente popular criaram as condições políticas para o imperialismo e a burguesia interromper a marcha revolucionária do proletariado rumo à tomada do poder pelos métodos da revolução social.

Quênia: ataque ao Centro Comercial Westgate Um retrato da barbárie capitalista e uma brutal consequência da opressão nacional africana

Depois de dias de intensos combates, as Forças Armadas quenianas recuperaram o controle do Centro Comercial Westgate, situado em Nairobi, capital do Quênia. O ataque da milícia islâmica Al-Shabab, de origem somali, vinculada à Al-Qaeda, contra as pessoas que estavam no shopping, começou no dia 21, quando 15 milicianos entraram e começaram a disparar e a lançar granadas.

Uma hora depois, as Forças Armadas do Quênia chegaram e iniciaram os combates, que duraram mais de três dias. Durante todo esse tempo, o grupo islâmico manteve sob seu controle dezenas de reféns. Na manhã de terça-feira, as Forças Armadas retomaram o controle do centro comercial e a maioria dos reféns havia sido libertada. Ainda

não se sabe o que se passou com os reféns que Al-Shabab reteve durante os enfrentamentos. Ou o que ocorreu com os próprios milicianos. Estimam-se 60 mortos, 180 feridos e cerca de 60 pessoas desaparecidas. Entre os mortos, está um sobrinho do presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, assim como diplomatas estrangeiros, empresários, cidadãos norte-americanos e israelenses, entre outros.

As cenas se assemelhavam as de uma guerra. Al-Shabab justificou o ataque como uma “represália” contra o governo do Quênia por intervir militarmente na Somália. Mas o ataque foi considerado pelo imperialismo como a expressão da irracionalidade dos grupos islâmicos radicalizados. Por trás das forças do governo, o imperialismo

justificou a brutal invasão como necessidade de combater o “terrorismo mundial”. E mostrou-se indignado diante das vítimas, como se a barbárie fosse tão somente uma consequência do terrorismo.

As mortes de diplomatas e de pessoas da classe média rica, consideradas como “alheias” aos enfrentamentos étnicos e aos conflitos regionais, assombraram a grande burguesia. Acoberta-se, no entanto, que o governo do Quênia enviou tropas à Somália para combater a guerrilha opositora ao governo somali pró-imperialista. Acoberta-se que as forças de intervenção quenianas estão a serviço dos Estados Unidos. Acoberta-se que têm massacrado tanto os milicianos opositores quanto civis. Acoberta-se, também, que o presidente e vice-presidente do Quênia são responsáveis pelo genocídio de 1000 opositores, em 2007/2008.

Ocorre que demonizá-la permite ao governo do Quênia e aos imperialistas aprofundar seu intervencionismo bélico nos países africanos e reforçar a necessidade de travar a guerra contra o terrorismo. Os Estados Unidos colocaram à disposição suas forças especiais antiterrorismo. Israel foi mais prático: logo que iniciou o ataque, um avião se dirigiu para o Quênia, levando um comando especializado. Esse grupo foi a principal força de combate contra os jihadistas dentro do shopping, dirigindo concretamente as operações do exército queniano.

O sionismo intervém na política interna do Quênia

A notícia de que tropas israelenses intervieram no conflito provocou surpresa. Como era possível que comandos israelenses entrassem e atuassem livremente no país e dirigissem as tropas quenianas no terreno das operações? O governo do Quênia invocou um “pacto de segurança secreto” entre os dois governos, que garante a “assistência militar” de Israel ao Quênia se este se vê “ameaçado por uma força estrangeira”.

Ocorre que o ataque foi também uma represália contra Israel. O Westgate é de propriedade de capitalistas israelenses. Mas o fundamental dessa relação é que as tropas do Quênia que atuam na Somália contam com o apoio de Israel para combater a guerrilha do Al-Shabab.

Observa-se que o ataque terrorista no Centro Comercial Westgate colocou à luz do dia o “pacto secreto” que tem a função de criar uma retaguarda israelense ao governo do Quênia e às suas Forças Armadas que servem de linha de frente ao imperialismo na intervenção em conflitos como o da Somália. Por trás das enérgicas declarações sobre a “solidariedade internacional” contra o terrorismo, se configura assim uma intervenção estrangeira nos assuntos internos de um país oprimido e semicolonial. Esse pacto mostra o grau de vassalagem da burguesia queniana.

Para ocultar o servilismo, criou-se o rumor de que Al-Shabab planejava realizar um ataque terrorista em Israel. O certo é que Israel tem interesses concretos: pretende prolongar o oleoduto Bakú-Azerbayán-Cehyan-Turquia e convertê-lo em uma “rota” energética conectando-o ao oleoduto Trans-Israel, que cruza o país e termina no mar Vermelho, justamente onde está localizada a Somália. Sua intervenção no Quênia e na Somália pouco tem a ver com o altruísmo democrático, mas sim com os venais cálculos materiais de seus vorazes capitais.

Por cima de Israel, a rapina burguesia norte-americana

Os Estados Unidos se cuidaram em não aparecer diretamente como agente do esmagamento dos milicianos. Israel cumpriu essa função. Os interesses dos Estados Unidos na região são amplos. En-

tre a Somália e o Iêmen está o Golfo de Adén, rota marítima para o mar Vermelho e para os campos de petróleo do Golfo Pérsico. Pelo estreito de Ormuz, passam mais de 20% do petróleo, mais da metade dos barcos petroleiros de todo o mundo e 13% do tráfico mundial de mercadorias. Já em 1991, o general Schwarkopf advertiu perante senadores norte-americanos que “o funil estratégico do mar vermelho é o centro dos interesses dos Estados Unidos (...) O estreito será cada vez mais importante devido ao aumento das capacidades de tratamento e exportação da Arábia, cujo petróleo deverá passar em sua maior parte por ele”.

Na Somália existem grandes reservas de petróleo e gás. Em 1986, o governo da Somália concedeu a quatro multinacionais norte-americanas (Conoco, Amoco, Chevron e Phillips) os direitos exclusivos para extrair o petróleo de 75% dos poços previstos na licitação. Além disso, existem em seu território significativas reservas de urânio, ferro, estanho, bauxita, cobre, entre outros minerais. As fontes de matérias-primas e sua posição geográfica fazem da Somália um território vital para os interesses dos Estados Unidos.

Ocorre, também, que por essa rota, hoje, a China penetra em Moçambique, Quênia, Tanzânia e Zanzíbar, disputando mercados e matérias-primas com os monopólios norte-americanos e europeus. Está aí por que a guerrilha islâmica deve ser esmagada na Somália e o Quênia deve continuar submisso e servindo à ação do imperialismo na região.

África: um barril de pólvora

O desmembramento regional, as lutas intestinas, os conflitos étnicos e as guerras nacionais permitiram ao imperialismo atuar por cima das fronteiras, opondo um país contra outro. Hoje, essa tática se vê impregnada pelas consequências da crise mundial capitalista, que empurra as massas a saírem às ruas e combaterem os governos pró-imperialistas. As potências estão obrigadas a acentuar a opressão nacional sobre a África, transformando-a em intervenção militar mais ou menos aberta. A “guerra” do governo do Quênia contra a milícia de Al-Shabab é uma expressão particular dessa política exterior imperialista na região.

No entanto, a virulência das contradições econômicas, nas condições de opressão nacional, torna cada vez mais convulsiva a situação política. Para a burguesia imperialista e as vassalas classes dominantes semicoloniais, o ataque do Al-Shabab é uma mostra de que se deve aprofundar os laços de dependência e o intervencionismo militar em outros países para, supostamente, “erradicar” o “terrorismo Mundial” e garantir a estabilidade democrática e os investimentos estrangeiros.

Ao contrário, trata-se de romper com a opressão nacional transformando o ódio dos oprimidos contra seus opressores em política revolucionária. Por isso é que, a despeito dos métodos da milícia islâmica, que com tanta veemência a burguesia condena, sua ação expressa o choque objetivo dos oprimidos contra seus opressores e contra os governos títeres que realizam o trabalho sujo.

O Partido Operário Revolucionário responsabiliza o imperialismo e o governo fantoche do Quênia pelo ato terrorista praticado pela milícia Al-Shabab. Defende o direito a autodeterminação da Somália. Que imediatamente sejam retiradas as tropas interventoras do Quênia e outras que atuam na Somália. Cabe apenas aos somalis decidirem o destino do país. O POR declara que a libertação nacional dos povos oprimidos será conquistada no momento em que os explorados se organizarem em um partido revolucionário e lutarem para enterrar o capitalismo.

No Egito houve uma revolução popular?

Temos desenvolvido a divergência com a Liga Internacional dos Trabalhadores- Quarta Internacional (LIT-QI) e com sua seção brasileira, PSTU, sobre a caracterização dos acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários no Egito. O mesmo se passou com a Líbia e se passa, agora, com a Síria. No jornal Massas número 462 e 463, publicamos dois artigos nesse sentido. Agora comentamos, o artigo **“Dois anos depois...A revolução continua”**, que consta da revista Correio Internacional, número 10, março de 2013.

Surpreendentemente, nos deparamos com o reconhecimento de que a queda de Mubarak não resultou em uma revolução democrática. Não diz assim com todas as letras. Não explica as razões que levaram a LIT-QI/PSTU a defenderem com tanta obstinação que as massas haviam liquidado a ditadura e, portanto, desmontado o regime político. Os seus dirigentes não fazem qualquer autocrítica.

Vejamos a passagem: *“Uma análise superficial pode dar a impressão equivocada de que o regime mudou. A LIT-QI, inclusive, caracterizou durante muitos meses que a queda de Mubarak havia significado também a queda do regime. Foi isso o que definimos em nosso X Congresso Mundial (2011).”*

Os dirigentes morenistas atribuem o “equivoco” (as palavras “impressão equivocada” foram bem escolhidas) à “análise superficial”. Depois de quase dois anos – o X Congresso foi em 2011 –, chegaram a uma análise profunda e então descobriram que o que houve foram “reformas do mesmo regime que se assenta nas Forças Armadas como instituição fundamental”.

Era preciso “estudar melhor a realidade” para descobrir que as Forças Armadas não somente ficaram intactas como foram elas que afastaram Mubarak? O argumento de que a LIT-QI se “equivocou” em razão de um análise superficial não passa de uma desculpa. Não era preciso sequer ser marxista e nem um analista esperto para ver que o regime não sofreu abalo significativo.

O dirigente do PSTU, Eduardo Almeida, assim que Mubarak caiu, definiu os acontecimentos como uma “revolução vitoriosa” que se passou “no terreno do regime burguês, para derrubar uma ditadura”. Partiu do entendimento que não houve um golpe das Forças Armadas e sim uma revolução democrática. Essa é a formulação que a LIT-QI deveria assumir como um erro gritante.

A LIT-QI e PSTU erram aplicando uma das teses do revisionismo de Nahuel Moreno sobre a noção de revolução permanente de Trotsky. Não há como os morenistas corrigirem o “equivoco” de ter caracterizado a remoção do ditador como revolução, sem que admitam os erros da revisão. A LIT-QI insiste na confusão conceitual e assim se vê obrigado a deformar os acontecimentos e a ajustar os fatos subjetivamente às explicações.

Depois de rapidamente dizer que corrigia o equivoco de sua “primeira caracterização” no Egito, volta à fonte revisionista das explicações. Se se “equivocou” no Egito, acha que acertou em cheio na Líbia. Eis: “O caso líbio foi claramente o de uma revolução ‘socialista inconsciente’, muito profunda, pois as massas, com sua ação revolucionária, destruíram nada menos que o pilar do regime e do próprio Estado burguês: as Forças Armadas.”

O que é, afinal, uma “revolução socialista inconsciente”? É impossível de saber. Talvez queira expressar a ideia de uma revolução que ocorra a despeito da direção revolucionária. Se for esse o

seu sentido, não passa de uma invenção.

Dizemos reiteradamente que a LIT-QI força os fatos e acaba falsificando os acontecimentos. Vejamos: “A força do processo obrigou o imperialismo a intervir, sobretudo quando viram que era necessário livrar-se de um Kadafi (que apoiaram até o último minuto), que já era incapaz de derrotar essa revolução.” (...) Assim, conseguiram se posicionar e se colocar em melhores condições para tentar derrotar a revolução popular.”

Foi por esse caminho que se chegou à destruição do regime autocrático de Kadafi? Não, não foi! As forças de Kadafi já haviam cercado o movimento armado oposicionista, no início de março, em Benghazi, quando a ONU aprovou no dia 17 a zona de exclusão e em seguida o imperialismo passou aos bombardeios aéreos. É falso que o imperialismo apoiou Kadafi até o último momento e que quando a revolução em marcha iria vencer mudou de lado.

Se alguém dúvida do que dizemos, recorra aos acontecimentos. O POR tem um farto material em que suas análises são documentadas, apesar de não termos tido acesso direto ao conflito.

A LIT-QI necessita minimizar ao máximo a participação do imperialismo na derrubada do governo líbio. E por quê? Porque tem de ajustar os fatos à sua revolução “socialista inconsciente” e à sua revolução democrática. O raciocínio é esse: estava em andamento uma revolução popular, as forças opositoras haviam rompido o equilíbrio a seu favor, o imperialismo que sustentava Kadafi mudou de lado para ocupar uma posição favorável contrarrevolucionária e assim acabou bombardeando posições do governo.

É visível o artifício de colocar a invasão militar do espaço aéreo da Líbia e os ataques que destruíram a capacidade defensiva do governo em segundo plano. Que força de fato destruiu as Forças Armadas do regime? Sem dúvida, o imperialismo por meio da OTAN. Mas é claro que o fez apoiando a oposição armada, que se formou a partir de Benghazi.

O que aconteceu com a revolução popular, democrática e inconscientemente socialista? Formou-se um governo revolucionário? Constituiu-se um regime que expressa o poder da maioria oprimida? Expulsaram-se os invasores externos?

A LIT-QI nos traz uma novidade. Descobriu tardiamente que não existia uma direção revolucionária e que sem ela não foi possível avançar a revolução. Por isso, o imperialismo conseguiu influenciar o Conselho Nacional de Transição (CNT) a reconstituir as Forças Armadas, dissolver parte das milícias armadas e a restabelecer as eleições legislativas. Mas onde foi parar, então, a revolução “socialista inconsciente”?

É difícil de entender a confusão de ideias. Mas o raciocínio é este: os insurretos em armas destruíram o regime de Kadafi, o imperialismo na retaguarda usou a intervenção para bloquear a revolução, mas a houve a revolução porque o regime foi destruído, mas como faltava a direção revolucionária a revolução não pôde ir mais adiante. E assim a LIT-QI espera novos acontecimentos para continuar sua historietinha.

Vemos que o propósito do texto **“Dois anos depois ...A revolução continua”** é o de mostrar que no Egito a LIT-QI cometeu um “equivoco” de caracterização, mas que na Líbia acertou em cheio. Está claro que os morenistas estão presos à noção do artifício Nahuel Moreno de que basta cair um ditador motivado pela

revolta popular para que se tenha uma revolução democrática.

Segundo os redatores, o “equivoco” da caracterização no Egito se deu porque a LIT-QI não viu que as Forças Armadas não se desintegraram e o regime permaneceu. Em compensação, na Líbia se fez uma análise mais acurada e assim a direção da LIT-QI aplicou corretamente os preceitos de Moreno, acertando em cheio. O que não é verdadeiro. Tanto no Egito quanto na Líbia não houve a revolução. Em ambos os casos, guardadas as particularidades, as massas estiveram sob direções burguesas e pequeno-burguesas, ou francamente pró-imperialistas ou incapazes de enfrentar as pressões das potências.

Não basta reconhecer a ausência da direção revolucionária. É preciso também reconhecer a direção que dita as diretrizes para as massas em luta e determinar com máxima precisão seu conteúdo de classe e sua política diante do imperialismo. Sem se caracterizar as relações de classe no processo revolucionário não se pode chegar a conclusões que servem ao proletariado em sua luta pela destruição do capitalismo.

Na Líbia, ao contrário do que diz a LIT-QI, a intervenção do imperialismo em apoio à oposição burguesa e pequeno-burguesa foi a força social que imprimiu o conteúdo de classe na derrubada de Kadafi e na reconstrução do regime político. A própria LIT-QI não teve como deixar de reconhecer essa nossa consideração nos fatos descritos. Vejamos: “Ao mesmo tempo, o imperialismo incentivou e fortaleceu uma alternativa de poder por meio do Conselho Nacional de Transição (CNT) e traçou o objetivo de reconstruir, o mais rápido possível, as novas Forças Armadas e o Estado burguês propriamente dito.”

Se a LIT-QI fosse séria em reconhecer o seu erro de caracterização no Egito, com todas as implicações decorrentes, faria o mesmo perante a Líbia. Já nas primeiras horas do novo governo líbio, o imperialismo ditou o curso a seguir. Instalou-se no lugar de Kadafi o CNT, um núcleo dirigente preposto das potências. Imediatamente, se passou a reconstituir o pilar do novo regime – as Forças Armadas. Não pode haver Estado burguês sem o aparato repressivo, que garante a ditadura de classe dos exploradores.

Os conflitos com as milícias – cada uma delas servindo a um chefe tribal – foram sendo resolvidos com a incorporação de cerca de metade dos milicianos no “novo” exército e na nova polícia. A ilusão morenista de que o povo estava em armas e que as milícias poderiam impor seu governo em contraposição às forças pró-imperialistas foi desfeita rapidamente. No lugar das Forças Armadas de Kadafi, se estruturaram as Forças Armadas do novo governo pró-imperialista. O que quer dizer que a mesma classe feudal-burguesa, calcada nas divisões tribais, na exploração do petróleo e nos ditames do imperialismo, que se serviu da ditadura centralizadora de Kadafi, passou a se servir a partir de outubro de 2011 de um novo governo e de um regime reformado por traços de democracia formal (constituição do Congresso Geral Nacional, eleições parlamentares, primeiro-ministro, etc.).

Como se vê, no essencial das relações de classe, nada mudou. Não houve no sentido marxista do conceito uma revolução.

A LIT-QI não se importa em assimilar e aplicar o marxismo (materialismo histórico). Está alicerçada no revisionismo centrista de Nahuel Moreno. Está aí por que passou a se valer da constatação da ausência de uma direção revolucionária para ajeitar as coisas, tamanha é dissintonia entre suas explicações e os acontecimentos.

O balanço da LIT-QI dedica um tópico ao “problema da dire-

ção das massas”. Esse fator tomou corpo nas explicações do morenismo depois que as suas revoluções não se confirmaram e os erros avultaram aos olhos da militância.

Inicia assim o brevíssimo tópico: “O principal elemento a favor do imperialismo e da contrarrevolução, e principal obstáculo para a revolução, é a falta de uma direção revolucionária, operária, socialista e internacionalista para o processo.” Estamos de pleno acordo com essa formulação. Mas diferimos em sua aplicação. Dizemos que tanto na Líbia quanto no Egito – o que se estende para a Tunísia – a ausência da direção revolucionária impossibilitou que a luta das massas evoluíssem e concluíssem em revolução. Sequer esteve presente uma direção pequeno-burguesa radical que pudesse servir excepcionalmente de canal para a classe operária e os demais explorados constituírem um governo revolucionário, assentado na maioria oprimida. Sem o partido marxista-leninista-trotskista profundamente implantado no seio do proletariado, os explorados não podem transformar sua ação em programa, em destruição do poder da burguesia e constituição do poder revolucionário das massas.

O conceito marxista de revolução está vinculado indissolavelmente à sua direção. Há farto material formulado pelo marxismo sobre essa relação dialética que a LIT-QI despreza.

Não se pode usar indiscriminadamente e sem fundamentação de classe conceitos como revolução democrática, revolução socialista inconsciente, revolução popular e revoluções árabes. Nota-se que o conceito de revolução proletária não aparece nos escritos da LIT-QI sobre as “revoluções árabes”, pelo menos naqueles que tivemos acesso. Podemos falar em “revolução democrática” ou “revolução popular”, desvinculada da revolução proletária? Absolutamente, não! Mas a LIT-QI a desvincula sem mais nem menos. Inclusive, passa ao largo da crítica marxista à noção de “revolução popular”. (Leia abaixo duas transcrições, uma de Lênin, outra de Trotsky).

Haverá quem ache que essa colocação é inócua e acadêmica. Estará enganado. O marxismo se fundamenta em conceituação científica. E o universo conceitual alicerça o programa da revolução proletária.

Nossas divergências de caracterização têm resultados práticos, que não têm consequências imediatas porque a IV Internacional se desintegrou organizativamente sob a ação do revisionismo, do qual tomou e toma parte a corrente morenista. Citemos algumas das diferenças práticas. 1. No Egito, a LIT-QI não condenou o golpe militar que derrubou o governo de Morsi, não se colocou pela bandeira de abaixo o golpe reacionário e apoiou a repressão do regime à Irmandade Muçulmana, excetuando a matança entre seus partidários; 2. Na Líbia – e agora na Síria –, manteve o apoio à oposição burguesa, mesmo esta estando claramente comprometida com o imperialismo. Manteve a defesa da derrubada de Kadafi, mesmo sob a intervenção militar das potências. A mesma linha se repete agora na Síria, com a ameaça dos Estados Unidos atacarem o Estado e o governo de Assad. Reivindica perante o imperialismo e a todos os governos burgueses que façam um bloqueio econômico geral à Síria e que armem a oposição.

O POR levanta a bandeira: *diante da ameaça e do ataque imperialista à Síria, voltar todas as armas contra o imperialismo*. Sem dúvida, são posições antagônicas.

No caso da Líbia em que o governo de Kadafi foi derrubado sob a intervenção das potências, confirmou nosso acerto de que a vitória de forças pró-imperialistas submeteria ainda mais o País

ao capital internacional.

Não interessa à militância, a discussão pela discussão. Tem relevância porque tanto o POR, seção do Comitê de Enlace Pela Reconstrução da IV Internacional, quanto a LIT-QI reivindicam o trotskismo e se colocam pela Quarta Internacional. E porque o PSTU, no Brasil, se coloca como porta-voz da LIT-QI. A desintegração da IV Internacional em várias correntes revisionistas, embora afirmando estarem sob o Programa de Transição, propiciou confusões políticas entre a vanguarda, que permanecem e se ampliam.

A LIT-QI foge da discussão aberta e franca. Faz algumas menções críticas a correntes também revisionistas. O ataque aos castro-chavistas por caracterizarem Kadafi, Assad, etc. como antiimperialistas

Apresentamos abaixo a posição de Lênin e Trotsky sobre o conceito de revolução popular. Extraímos duas passagens, uma do livro “O Estado e a Revolução” e outra de Trotsky do livro “Revolução e Contrarrevolução na Alemanha”

(...) Em segundo lugar, o que merece uma atenção especial é essa profunda observação de Marx de que a destruição da máquina burocrática e militar do Estado é a “condição prévia de qualquer revolução verdadeiramente popular”. Essa expressão - “revolução popular” - parece surpreendente na boca de Marx, e os adeptos de Plekhanov na Rússia, assim como os mencheviques, esses discípulos de Struve, desejosos de passar por marxistas, poderiam torná-la por um “engano”. Reduziram o marxismo a uma doutrina tão mesquinamente liberal que, afora a antítese - revolução burguesa e revolução proletária - nada existe para eles, e, ainda assim, só concebem essa antítese como uma coisa já morta.

Se tomarmos para exemplo as revoluções do século XX, temos de reconhecer que as revoluções portuguesa e turca foram revoluções burguesas. Mas, nem uma nem outra foram “populares”. De fato, a massa do povo, a grande maioria, com as suas exigências econômicas e políticas próprias, não fez sentir a sua influência nem numa nem noutra. Em compensação, a revolução burguesa na Rússia em 1905-1907, sem ter tido os “brilhantes” resultados da portuguesa e da turca, foi, sem contestação, uma revolução “verdadeiramente popular”; aqui, a massa do povo, a sua maioria, as suas camadas sociais “inferiores”, esmagadas sob o jugo da exploração, sublevaram-se espontaneamente e imprimiram a todo o curso da revolução o cunho das suas exigências, das suas tentativas para reconstruir à sua maneira uma nova sociedade no lugar da antiga em vias de destruição.

“Revolução popular” como meio de “libertação nacional” extraído do livro “Revolução e Contrarrevolução na Alemanha”, de Leon Trotsky

As idéias têm a sua lógica. A revolução popular é apresentada como meio auxiliar para a “libertação nacional”. Tal maneira de colocar a questão deu acesso às tendências nacionalistas no Partido. Não há, bem entendido, nada de mau no fato de que os patriotas desesperados do campo do nacionalismo pequeno-burguês se aproximem do partido do proletariado: elementos diferentes se incorporam ao comunismo por caminhos e atalhos diferentes. Há, incontestavelmente, elementos sinceros e honestos — ao lado dos arrivistas e dos aventureiros falhos — nas fileiras dos oficiais, guarda-brancos e cem-negros que, durante os últimos meses, ao que parece, começaram a voltar os olhos para o comunismo. O Partido pode, bem entendido, utilizar também tais metamorfoses individuais como meio auxiliar de decomposição do campo fascista. O crime da burocracia estalinista - sim, um verdadeiro

e por socorrê-lo contra os levantes internos é correto. Mas erram ao não exigir que tenham atitudes práticas de combate à intervenção imperialista. Os nacionalistas não são consequentes na luta antiimperialista. É preciso desmascará-los. Não será denunciando o castro-chavismo por defender os Assads diante de uma operação de guerra das potências contra o governo de uma semicolônia que se demonstrará que servem de sustentáculo a ditaduras de traços nacionalistas.

Os marxistas não apóiam a derrubada de um governo da nação semicolonial estando este sob ataque de forças imperialistas ou pró-imperialistas. Dada a ausência da direção revolucionária, essa é a situação que se configurou na Líbia e está se configurando na Síria. Esse é o fundo da divergência de princípio e de posições práticas.

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser “popular” com a condição de englobar o proletariado e os camponeses. Essas duas classes constituíam, então, “o povo”. Essas duas classes são solidárias, visto que a “máquina burocrática e militar do Estado” as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do “povo”, da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a “condição prévia” da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível.

Era para essa aliança, como se sabe, que tendia a Comuna de Paris, que falhou por uma série de razões de ordem interna e externa.

Ao falar de uma “revolução verdadeiramente popular”, sem esquecer as particularidades da pequena burguesia, a que muitas vezes e largamente se referiu, Marx media rigorosamente as relações de forças sociais na maioria dos Estados continentais da Europa, em 1871. Por outro lado, constatava que os operários e camponeses são igualmente interessados em quebrar a máquina do Estado e em coligarem-se para o objetivo comum de suprimir o “parasita” e de o substituir por alguma coisa de novo.

E por que coisa?

(Extrato do capítulo III, do livro “O Estado e a Revolução”, de V.I. Lênin)

crime — reside, entretanto, no fato de que ela se solidariza com esses elementos, identifica os seus votos com os do Partido, recusa-se a denunciar as suas tendências nacionalistas e militaristas, fazendo da brochura profundamente pequeno-burguesa, reacionária-utópica e chauvinista de Scheringer um novo evangelho do proletariado revolucionário. Foi dessa concorrência vulgar ao fascismo que nasceu a decisão, à primeira vista inesperada, de 21 de julho. Tendes uma revolução popular, nós também temos uma; entre vós a libertação nacional é um critério supremo - entre nós, é a mesma coisa; proclamais a guerra ao capitalismo ocidental, nós prometemos a mesma coisa; entre vós, há plebiscito, nós também faremos um, e melhor do que isto — um plebiscito todo “vermelho”.

É um fato que o antigo operário revolucionário Thaelmann

faz todos os esforços possíveis para não ser inferior ao conde Stenbock-Fermor. A ata da reunião dos militantes do Partido, em que Thaelmann inaugurou a reviravolta para o plebiscito, é publicada na *Rote Fahne*, com o título pretensioso: “Sob a bandeira do marxismo”. Entretanto, Thaelmann coloca no primeiro plano de suas conclusões o pensamento de que “a Alemanha é hoje um brinquedo nas mãos da Entente. Trata-se, pois, antes de tudo, da “libertação nacional”.

Ora, num certo sentido, a França, a Itália e mesmo a Inglaterra são, também, “brinquedos” nas mãos dos Estados Unidos. A dependência da Europa para com a América, que reapareceu por ocasião da proposta Hoover (amanhã essa dependência se revelará de uma forma ainda mais aguda e mais brutal), tem uma importância muito mais profunda para o desenvolvimento da revolução europeia do que a dependência da Alemanha para com

a Entente. Eis porque — digamo-lo de passagem — a palavra de ordem dos Estados Unidos Soviéticos da Europa, e não apenas a palavra de ordem isolada “abaixo o tratado de Versalhes”, é uma resposta proletária às convulsões do continente europeu.

Mas essas questões são, entretanto, questões de segundo plano. Nossa política não é determinada pelo fato de ser a Alemanha um “brinquedo” nas mãos da Entente mas antes de tudo pelo fato de ser o proletariado alemão, dividido, enfraquecido e humilhado, um brinquedo nas mãos da burguesia alemã. “O inimigo mais perigoso está em nosso país!”, ensinava outrora Karl Liebknecht. Vocês o esqueceram, caros amigos, Ou, por acaso, este ensinamento não vale mais nada? Para Thaelmann, evidentemente, ele envelheceu. Liebknecht é substituído por Scheringer. Eis porque o título “Sob a bandeira do marxismo” é uma ironia amarga.

Justiça egípcia desfere mais um golpe contra a Irmandade Muçulmana Abaixo a ditadura militar Pela total e irrestrita liberdade política

A Corte de Assuntos Urgentes do Cairo decidiu pela dissolução da Irmandade Muçulmana e confisco de todos os seus bens. A medida era esperada.

O golpe militar dirigido pelo general Abdel Fatah al-Sisi destituiu o presidente eleito Mohamed Morsi, contando com apoio dos liberais e da esquerda democratizante. O fato de a derrubada do governo da Irmandade ter sido precedida por uma grande mobilização popular e pelo pedido dos opositores que os militares tirassem Morsi do poder serviu para que setores da esquerda justificassem o golpe.

Supunha-se que a Irmandade não se atreveria a reagir e nem teria capacidade para exigir a volta de Morsi. No entanto, um enorme contingente da população saiu às ruas e montou bloqueios. A solução dos golpistas foi a do massacre. A mortandade foi maior do que a ocorrida na luta pelo fim da ditadura do general Hosni Mubarak.

A oposição liberal compôs o governo de transição montado pelos generais e assim compartilhou da chacina. A esquerda democratizante que não se opôs à derrubada de Morsi pela via do golpe ficou respingada de sangue dos seguidores da Irmandade.

O argumento de que não se devia defender a Irmandade porque os islâmicos pretendiam impor uma teocracia reacionária e porque a maioria da população queria o fim do governo Morsi é aparentemente progressista, ou seja, aparentemente democrática. O método golpista - da imposição do Estado de Sítio, da cassação dos direitos políticos, das prisões e das chacinas - é uma variante da política burguesa, típico de uma situação objetivamente revolucionária. Via de regra, ocorre nos países semicoloniais e tem o imperialismo por trás dos militares golpistas.

A Irmandade Muçulmana é uma organização islâmica profundamente enraizada na história do Egito. Como tal, faz parte do desenvolvimento do capitalismo semicolonial e expressa interesses burgueses nacionais. Mas arranca sua força política no controle de amplas camadas da população pobre e miserável.

O golpe branco que impôs a renúncia de Mubarak, em feve-

reiro de 2011, teve de adaptar o velho regime às eleições e à democracia parlamentar. A Junta Militar, inclusive, foi obrigada a dissolver o órgão de segurança política criada por Mubarak e o seu partido (Partido Nacional Democrático). As massas nas ruas e a sua heróica disposição de não recuar diante da matança obrigaram as Forças Armadas e o imperialismo a abrir uma válvula de escape. Até aí foram suas conquistas democráticas. Sem dúvida, a marcha da revolução foi canalizada para as reformas promovidas de dentro do próprio regime ditatorial.

A Irmandade Muçulmana chegou tarde no movimento liberal burguês. Mas entrou com sua cota de mobilização, o que logo lhe deu projeção nas reformas políticas. Não estava nos cálculos dos militares, do imperialismo e dos liberais que os islâmicos pudessem ser o principal beneficiário do afastamento de Mubarak.

Surpreendentemente, a Irmandade venceu as eleições com seu Partido Liberdade e Justiça, fundado em março de 2011, derrotando no segundo turno o candidato dos militares, Ahmed Shafiq. Morsi venceu com 51,7% dos votos. As eleições revelaram o quanto vastas camadas da população continuaram submetidas à política dos militares. Shafiq foi primeiro ministro de Mubarak, mesmo assim rivalizou com Morsi, que expressava uma das frações opositoras mais perseguidas pela ditadura. Os liberais compareceram como uma força limitada, expressando o programa de reforma apoiado pelo imperialismo. Os liberais pró-imperialistas e o candidato dos militares são, portanto, derrotados pela Irmandade.

A montagem do quadro eleitoral não foi sem crise. O governo de transição - na verdade a Junta Militar -, por meio da Comissão Eleitoral, desqualificou o candidato da Irmandade, entre outros. Mohamed Morsi não tinha a popularidade de Khairat al-Shater, que esteve nas masmorras da ditadura. Sua candidatura foi impugnada por ter sido preso político, embora a Comissão inventasse o estranho motivo de que sua mãe havia pedido cidadania estrangeira. Essa decisão arbitrária mostrou o quanto os militares manipularam as eleições para obter um resultado que lhes conviesse.

É preciso ainda acrescentar que, antes das eleições presidenciais de maio de 2012, houve eleições para a Assembleia do Povo. A Irmandade foi a grande vencedora, quase atingiu a maioria absoluta. A segunda força coube ao Al-Nour, que representa outra fração do islamismo, os salafistas sunitas. Conclusão: os islâmicos emergiram como principal força política no seio do Estado burguês.

Lembremos que pouco antes da votação novas manifestações ganharam a Praça Tahir em defesa do processo eleitoral, convocadas pelos islâmicos. Dezenas de mortos, foi o resultado. Era o alto preço que importante parcela da população pagava para eleger seus supostos representantes.

Com a maioria, a Irmandade e o Al-Nour aprovaram na Assembleia do Povo a formação de uma Constituinte. Os militares, liberais e a esquerda democratizante contestaram a composição, que permitia aos islâmicos confeccionar uma Constituição talhada nas leis islâmicas (a sharia). A oposição recorreu à justiça. A Corte do Cairo dissolveu a Constituinte. A Assembleia do Povo formou nova Constituinte, que elaborou finalmente a Constituição, adaptada à visão islâmica. A oposição manteve a contestação na justiça. Os tribunais, povoados de juízes da época de Mubarak, estavam prontos para novamente cassar a decisão. Morsi emitiu um decreto que impossibilitava legalmente uma nova dissolução da Constituinte. Convocou-se um plebiscito para homologar a Constituição. A oposição defendeu o “Não”. Foi derrotada. O governo de Morsi passou a enfrentar protestos contrários à islamização do País. A classe média se destacou como base social da oposição liberal e da esquerda democratizante, que, por sua vez, recorreram à intervenção das Forças Armadas e do aparato judicial.

A descrição desse processo é imprescindível para se compreender o golpe de 3 de julho. A LIT-QI e o PSTU muito falsificaram para justificar seu apoio à repressão dos golpistas à Irmandade Muçulmana. Não terão como condenar as novas medidas dos golpistas, embora os morenistas possam manobrar com suas historietas. Mas o que nos interessa é explicar porque era e é um dever dos marxistas se contraporem ao golpe e lutarem contra os ataques dos militares aos islâmicos.

As reformas “democráticas” do regime não comportaram a ascensão da Irmandade. A maioria dos egípcios lhe deu primeiro poderes parlamentares e depois, presidenciais, elegendo Morsi para a presidência. Mas a democracia formal não assegura à Irmandade o real poder. As Forças Armadas continuaram como garantia do velho regime. E a oposição liberal e a esquerda democratizante continuaram à sombra dos militares. Os islâmicos não tinham força social suficiente – o país está dividido – para reformar as Forças Armadas e colocá-las a serviço de sua política. Esse aparato mantém dependência direta perante os Estados Unidos, que o financiam com 1,3 bilhão de dólares ao ano.

A tentativa de mudar a Constituição apoiando-se na maioria parlamentar e no controle da presidência se mostrou inviável. As eleições e o parlamento – repetimos – tão-somente serviram de válvula de escape à crise do regime político e de máscara para ocultar a face da velha ditadura que permaneceu. A oposição que aspira a democracia burguesa não passou pela primeira prova. Não admitiu a derrota para os islâmicos. Não permitiu que a experiência fosse realizada. Recorreu aos tradicionais métodos golpistas. Por cima de todos eles, age

abertamente o imperialismo. Os Estados Unidos não reconheceram o golpe como tal, podendo manter-se como financiador das Forças Armadas egípcias.

A democracia nos países semicoloniais é bem vista e mantida desde que sirva aos interesses dos monopólios internacionais e à política geral do imperialismo. A ascensão da Irmandade poderia fortalecer o bloco muçulmano xiita no Oriente Médio. O Irã é um problema que os Estados Unidos terão de resolver em favor do Estado de Israel e das necessidades de controle do petróleo na região. A Síria está se desmanchando. A Líbia segue as ordens como lhes são dadas. Como se pode ver, o islamismo como cobertura ideológica do nacionalismo xiita é uma pedra no sapato dos Estados Unidos. O Egito não poderia assumir a democracia como instrumento dessa força, ainda que a Irmandade egípcia seja muito bem comportada. O golpe, portanto, resultou de uma ação das forças pró-imperialistas.

Obama procurou se mostrar conciliador, enviando seus emissários para negociar uma saída “democrática”. Mas nos seus cálculos o melhor era banir a Irmandade. É o que acaba de se concluir com a decisão da Corte mubarakiana. Todos aqueles que se colocaram pelo golpe, que fecharam os olhos para ele ou que o minimizaram estiveram sob a intervenção norte-americana.

Defender o governo Morsi contra o golpe e a Irmandade contra a violência do Estado, não resulta em defender sua política obscurantista e reacionária, calcada na religião. Defendê-los, é condição para a defesa das liberdades políticas, inclusive das pequenas conquistas democráticas alcançadas pelas massas, com sangue, nas ruas.

O processo revolucionário no Egito passará inevitavelmente pela luta em torno da democracia. Essa é uma particularidade de seu desenvolvimento como país semicolonial, de capitalismo atrasado. As bandeiras e tarefas democráticas levadas às últimas consequências projetam a classe operária como dirigente da maioria oprimida. Nenhuma das frações da burguesia egípcia pode assumir as transformações democráticas até o fim.

A Irmandade é uma força pequeno-burguesa, com ligações burguesas, cujas premissas islâmicas deitam suas raízes no tribalismo-feudal. A tentativa de montar uma Constituinte e de ditar uma Constituição arcaica indicou sua desconformidade com a situação revolucionária, aberta em janeiro de 2011.

A ausência de um partido marxista impossibilitou dar expressão organizativa baseada na democracia operária e realizar uma ampla intervenção em defesa de uma Constituinte Soberana e Democrática, convocada por um governo operário e camponês. Não se pode, portanto, desconhecer até que ponto avançou o movimento democrático das massas. A sua medida está exposta na confiança de importante parcela da população depositada nas Forças Armadas, na exortação ao golpe contra o presidente eleito, no apoio ao banimento da Irmandade e na tolerância aos massacres.

A luta pela derrubada dos golpistas e pelas liberdades democráticas irrestritas é fundamental para combater pela estratégia revolucionária do proletariado. Não ao banimento da Irmandade Muçulmana! Pela libertação dos presos políticos! Pelas liberdades democráticas irrestritas! Abaixo o governo genocida! Expulsar o imperialismo!